

Entrada na Mesa
Data: 4/11/2023
Hora: 8h50
...O Presidente...

ANUNCIADO
...../...../.....
O Presidente
.....



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Comissão da Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

PROPOSTA DE LEI N.º 23/VI (3ª)

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2026

PARECER SETORIAL

Índice

I. INTRODUÇÃO	5
1. Entrada, admissão e remessa e anúncio	5
1.1. Entrada	5
1.2. Admissão e remessa	5
1.3. Anúncio	5
2. Apreciação da Proposta de Lei	5
2.1. Comissões Especializadas Permanentes	5
2.2. Comissão da Educação, Juventude, Cultura e Cidadania	6
2.3. Objeto de análise	6
3. Elaboração do parecer	7
3.1. Objeto	7
3.2. Organização sistemática	7
4. Designação do Relator	8
II. ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL E LEGAL	8
1. Enquadramento constitucional	8
2. Enquadramento legal	8
III. ANÁLISE DA PROPOSTA ORÇAMENTAL	9
1. Orçamentos propostos	9
1.1. Ministério da Educação	9
1.2. Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura	16
1.3. Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica	18
1.4. Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia	24
1.5. Instituto Politécnico de Betano	27
1.6. Universidade Nacional de Timor Lorosa'e	31
1.7. Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	34

1.8. Ministério da Administração Estatal	36
1.9. Autoridades Municipais.....	40
1.9.1. Autoridade Municipal de Aileu	40
1.9.2. Autoridade Municipal de Ainaro	43
1.9.3. Autoridade Municipal de Baucau	45
1.9.4. Autoridade Municipal de Bobonaro	48
1.9.5. Autoridade Municipal de Covalima	50
1.9.6. Autoridade Municipal de Díli	52
1.9.7. Autoridade Municipal de Ermera.....	54
1.9.8. Autoridade Municipal de Lautém.....	57
1.9.9. Autoridade Municipal de Liquiçá	59
1.9.10. Autoridade Municipal de Manatuto	60
1.9.11. Autoridade Municipal de Manufahi	62
1.9.12. Autoridade Municipal de Viqueque	64
1.10. Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno..	66
1.11. Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura.....	73
1.12. Secretaria de Estado da Comunicação Social	77
1.13. TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste.....	83
1.14. Conselho de Imprensa	86
2. Audiências públicas	89
2.1. Ministério da Educação	91
2.2. Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura.....	94
2.3. Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica.....	95
2.4. Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia.....	95
2.5. Instituto Politécnico de Betano	96
2.6. Universidade Nacional de Timor Lorosa'e.....	99

2.7. Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	101
2.8. Ministério da Administração Estatal e Autoridades Municipais.....	102
2.9. Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno	103
2.10. Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura	103
2.11. Secretaria de Estado da Comunicação Social, RTTL - Rádio e Televisão de Timor-Leste, TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste, Conselho de Imprensa	104
<i>IV. CONCLUSÕES</i>	<i>105</i>
<i>V. RECOMENDAÇÕES</i>	<i>115</i>
<i>VI. PARECER</i>	<i>133</i>
<i>VII. APROVAÇÃO DO PARECER.....</i>	<i>134</i>



I. INTRODUÇÃO

1. Entrada, admissão e remessa e anúncio

1.1. Entrada

No dia 1 de outubro de 2025, deu entrada na Mesa do Parlamento Nacional, a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026, apresentada pelo Governo, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º, na alínea a) do n.º 2 do artigo 115.º e no n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, bem como do artigo 30.º da Lei do Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da Gestão Financeira Pública (Lei n.º 3/2025, de 23 de abril).

1.2. Admissão e remessa

Em despacho de 6 de outubro de 2025, a Presidente do Parlamento Nacional admitiu a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026, ordenando a sua remessa à Comissão de Finanças Públicas – Comissão C - para elaboração de relatório e parecer fundamentado, e às restantes Comissões Especializadas Permanentes para elaboração de parecer nas respetivas áreas setoriais, nos termos dos artigos 163.º e 164.º do Regimento do Parlamento Nacional.

1.3. Anúncio

A admissão e a remessa da Proposta de Lei foram anunciadas ao Plenário pela Presidente do Parlamento Nacional na reunião de 7 de outubro de 2025.

2. Apreciação da Proposta de Lei

2.1. Comissões Especializadas Permanentes

Segundo o disposto no n.º 2 do artigo 163.º e no n.º 1 do 164.º do Regimento do Parlamento Nacional, compete às Comissões Especializadas Permanentes, no âmbito do procedimento legislativo para aprovação do Orçamento Geral do Estado, elaborar parecer setorial e enviá-lo à Comissão de Finanças Públicas no prazo de 15 dias a contar da data

de admissão da proposta de lei. Para efeitos de apreciação da proposta de lei, as Comissões Especializadas Permanentes, de acordo com o n.º 3 do artigo 164.º do Regimento do Parlamento Nacional, convocam as reuniões que julguem necessárias com a participação dos membros do Governo.

2.2. Comissão da Educação, Juventude, Cultura e Cidadania

Em conformidade com a Deliberação do Parlamento Nacional n.º 5/2023, de 10 de julho, que constituiu as Comissões Especializadas Permanentes, a Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania - Comissão G, tem competência sobre as seguintes áreas:

- a) Educação;
- b) Juventude;
- c) Formação Cívica;
- d) Cultura, Património e Arte;
- e) Desporto;
- f) Comunicação Social.

2.3. Objeto de análise

De acordo com as áreas de competência da Comissão, é objeto de análise os orçamentos dos seguintes órgãos e serviços da Administração Direta e Indireta do Estado:

- a) Ministério da Educação (ME);
- b) Secretaria de Estado do Ensino Secundário Geral e Ensino Secundário Técnico-Vocacional (SE-ESGESTV);
- c) Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura (MESCC);
- d) Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica, I.P. (ANAAA);
- e) Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia (INCT);
- f) Instituto Politécnico de Betano (IPB);
- g) Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL);
- h) Ministério da Administração Estatal (MAE);
- i) Autoridades Municipais (AM);
- j) Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (A-RAEOA);
- k) Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura (MJDAC);

-
- l) Secretaria de Estado da Arte e Cultura (SEAC);
 - m) Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECOMS);
 - n) RTTL - Rádio e Televisão de Timor-Leste, I.P. (RTTL);
 - o) TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste, I.P. (TATOLI).

Foram, igualmente, analisados os orçamentos do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH) e do Conselho de Imprensa (CI).

3. Elaboração do parecer

3.1. Objeto

O presente parecer procede à apreciação da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2026 no que se refere especificamente às áreas da educação, juventude, formação cívica, cultura, património e arte, desporto e comunicação social, tendo por referência o Orçamento Geral do Estado de 2025 e a sua execução.

Foram igualmente considerados os contributos recebidos no âmbito das audiências públicas realizadas com os respetivos membros do Governo e dirigentes dos serviços da Administração Direta e Indireta do Estado sob sua tutela e superintendência, bem como com o Conselho de Imprensa.

Tais contributos permitiram, por um lado, justificar o orçamento proposto em face do plano de ação anual traçado por cada órgão e serviço, bem como servir de base para eventual formulação de propostas de alteração em sede de discussão da proposta de lei na especialidade.

3.2. Organização sistemática

O presente parecer está organizado em sete capítulos que tratam do seguinte:

- a) Capítulo I - Introdução;
- b) Capítulo II - Enquadramento constitucional e legal;
- c) Capítulo III - Análise da proposta orçamental;
- d) Capítulo IV - Conclusões;
- e) Capítulo V - Recomendações;

-
- f) Capítulo VI - Parecer;
 - g) Capítulo VII- Aprovação do Parecer.

4. Designação do Relator

Ao abrigo do n.º 3 do artigo 34.º do Regimento do Parlamento Nacional, foi designado como Relator o Secretário da Mesa da Comissão da Educação, Juventude, Cultura e Cidadania, **Deputado Mateus da Cruz de Carvalho**.

II. ENQUADRAMENTO CONSTITUCIONAL E LEGAL

1. Enquadramento constitucional

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste estabelece, na alínea d) do n.º 1 do artigo 115.º e no n.º 1 do artigo 145.º, a competência absoluta do Parlamento Nacional para a aprovação do Orçamento Geral do Estado.

Esta competência absoluta é exercida através da aprovação ou da alteração da Lei do Orçamento Geral do Estado para um determinado ano financeiro. A sua concretização faz-se, pois, através de lei.

A iniciativa legislativa compete, em geral, aos Deputados, às Bancadas Parlamentares e ao Governo, nos termos do artigo 97.º da CRDTL e do artigo 90.º do RPN e consiste no poder de desencadear o procedimento legislativo.

No caso em apreço, por se tratar de legislar em matéria orçamental, a iniciativa legislativa está reservada exclusivamente ao Governo, consoante o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º e na alínea d) do n.º 1 do artigo 115.º da CRDTL, bem como no artigo 162.º do RPN.

2. Enquadramento legal

Em matéria de direito substantivo, além de enquadrado pela Constituição, o regime orçamental encontra-se previsto na Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, sobre Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da Gestão Financeira Pública.

III. ANÁLISE DA PROPOSTA ORÇAMENTAL

1. Orçamentos propostos

A análise dos orçamentos propostos pelos órgãos e serviços ligados às áreas de competência da Comissão faz-se também por referência ao orçamento atribuído em 2025 e à sua execução.

1.1. Ministério da Educação

O orçamento atribuído em 2025 foi de US\$ 113.098.784 para a implementação de 5 programas, 27 subprogramas e 108 atividades.

O orçamento proposto para 2026 é de US\$ 117.550.930 para a implementação de 5 programas, 20 subprogramas e 52 atividades.

Comparação entre os orçamentos de 2025 e 2026

Ano	Orçamento Total (USD)	Diferença \$	Variação %
2025	114.943.286	—	—
2026	117.150.000	+2.206.714	+1,9%

O orçamento global do Ministério da Educação aumentou ligeiramente (1,9%) em 2026, representando um reforço de cerca de 2,2 milhões USD face a 2025.

Embora o orçamento total tenha subido, a análise detalhada por programa revela redistribuições internas importantes, com alguns programas a ganhar e outros a perder recursos.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	92.383.226	93.624.245	+1.241.019	+1,3%

50101 Salários e Abonos Regulares e Permanentes	86.939.687	86.315.995	-623.692	-0,7%
50102 Abonos Variáveis e Eventuais	5.443.539	7.308.250	+1.864.711	+34,3%
502 Bens e Serviços Correntes	11.161.334	10.021.005	-1.140.329	-10,2%
50230 Outros Serviços Correntes	18.565	70.099	+51.534	+277,5%
50231 Rendas	1.180	—	-1.180	-100%
503 Transferências Públicas	4.602.080	4.852.080	+250.000	+5,4%
50304 Transferências para Instituições sem Fins Lucrativos	4.560.080	4.710.080	+150.000	+3,3%
50305 Transferências Correntes para o Exterior	42.000	142.000	+100.000	+238,1%
504 Capital Menor	1.054.214	2.000.000	+945.786	+89,7%
505 Capital de Desenvolvimento	3.897.930	7.053.600	+3.155.670	+81%

Total	113.098.784	117.550.930	+4.452.146	+3,9%
--------------	-------------	-------------	------------	-------

Salários e Vencimentos

- Cresce modestamente 1,3%, passando de 92.383.226 USD para 93.624.245 USD.
- Salários regulares diminuem ligeiramente (-0,7%), mas abonos variáveis aumentam 34,3%, indicando pagamento de incentivos, gratificações ou ajustes sazonais para docentes e pessoal técnico.

Bens e Serviços Correntes

- Redução de 10,2%, passando de 11.161.334 USD para 10.021.005 USD.
- Embora a rubrica global diminua, algumas subcategorias específicas como “Outros Serviços Correntes” aumentam 277,5%, refletindo priorização de serviços estratégicos, enquanto despesas menos críticas são cortadas.

Transferências Públicas

- Aumentam 5,4%, de 4.602.080 USD para 4.852.080 USD.
- Inclui transferências para instituições sem fins lucrativos (+3,3%) e transferências correntes para o exterior (+238,1%), possivelmente para programas de cooperação, bolsas internacionais ou parcerias educacionais.

Capital Menor

- Quase duplica (+89,7%), de 1.054.214 USD para 2.000.000 USD.
- Destina-se à aquisição de bens de capital móvel, reforçando a infraestrutura de salas, laboratórios e equipamentos móveis.

Capital de Desenvolvimento

- Cresce 81%, de 3.897.930 USD para 7.053.600 USD.
- Indica investimentos em infraestrutura fixa, como construção, modernização de escolas, laboratórios, bibliotecas e equipamentos permanentes.

Análise comparativa do orçamento por programa



Programa	2025	2026	Diferença \$	Variação %
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	18.007.670	15.707.007	-2.300.663	-12,8%
520 Educação Pré-Escolar	8.470.241	7.442.753	-1.027.488	-12,1%
521 Ensino Básico	68.999.830	72.704.709	+3.704.879	+5,4%
522 Ensino Secundário Geral e Técnico Vocacional	19.056.251	21.377.497	+2.321.246	+12,2%
523 Ensino Recorrente e Educação Comunitária	409.294	318.964	-90.330	-22,1%
Total	114.943.286	117.150.000	+2.206.714	+1,9%

 Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

- 2025: 18.007.670 USD
- 2026: 15.707.007 USD
- Variação: -2.300.663 USD (-12,8%)

A redução significativa neste programa mostra uma diminuição no apoio ao funcionamento e à administração do Ministério.

Este programa inclui despesas essenciais, como:

- Custos de funcionamento das direções nacionais e regionais;
- Gestão administrativa, financeira e logística;



-
- Fiscalização, monitorização e auditoria das escolas;
 - Apoio técnico e acompanhamento da execução das políticas educativas.

Uma diminuição de quase 13% poderá comprometer:

- A eficiência na execução orçamental;
- O controlo interno da despesa pública;
- A capacidade de planificação estratégica e monitorização de resultados.

Além disso, a redução ocorre num contexto em que se exige maior coordenação interministerial e reforço da transparência na gestão pública. Esta opção orçamental pode fragilizar a estrutura de apoio técnico e logístico necessária à execução dos programas operacionais de ensino.

Programa 520 – Educação Pré-Escolar

- 2025: 8.470.241 USD
- 2026: 7.442.753 USD
- Variação: -1.027.488 USD (-12,1%)

O decréscimo de 12% neste programa é preocupante, sobretudo tendo em conta o papel central da educação pré-escolar no desenvolvimento cognitivo e social das crianças. O corte de mais de 1 milhão USD poderá:

- Reduzir a capacidade de expansão da rede de jardins de infância públicos;
- Limitar a formação e capacitação dos educadores;
- Prejudicar a implementação de programas de educação inclusiva e apoio nutricional na primeira infância.

Esta decisão contraria as metas da nova Lei de Bases da Educação, que define o pré-escolar como a primeira etapa da educação obrigatória e universal. A redução orçamental pode também aumentar as desigualdades regionais, penalizando sobretudo as zonas rurais, onde o acesso à educação infantil é mais limitado.

Programa 521 – Ensino Básico

- 2025: 68.999.830 USD
- 2026: 72.704.709 USD
- Variação: +3.704.879 USD (+5,4%)

O aumento de 5,4% neste programa é um sinal positivo e demonstra uma prioridade política clara em consolidar o ensino básico como eixo central da política educativa. Este reforço orçamental pode destinar-se a:

- Reabilitação e ampliação de infraestruturas escolares;
- Distribuição de materiais escolares e pedagógicos;
- Programas de merenda escolar e transporte;
- Formação contínua de professores e reforço da supervisão pedagógica.

No entanto, é essencial que este aumento seja acompanhado de uma melhor taxa de execução orçamental. Em anos anteriores, parte do orçamento do ensino básico não foi plenamente executada devido a atrasos administrativos e à falta de capacidade técnica nas direções distritais.

O reforço de verbas deve, portanto, vir acompanhado de planos de execução trimestral, monitorização das metas físicas e avaliação de impacto sobre os resultados de aprendizagem.

Programa 522 – Ensino Secundário Geral e Técnico-Vocacional

- 2025: 19.056.251 USD
- 2026: 21.377.497 USD
- Variação: +2.321.246 USD (+12,2%)

O aumento expressivo de 12,2% reflete uma aposta estratégica no ensino técnico e profissionalizante, em linha com os objetivos de promoção da empregabilidade jovem e do desenvolvimento económico nacional. Esta variação positiva permite:



-
- Reforçar infraestruturas escolares nos liceus e escolas técnicas;
 - Atualizar equipamentos laboratoriais e tecnológicos;
 - Criar novos cursos de formação profissional de curta duração;
 - Aumentar parcerias com o setor produtivo e empresas locais.

No entanto, persistem desafios estruturais, nomeadamente:

- Falta de professores qualificados em áreas técnicas específicas;
- Escassez de material didático adequado;
- Baixa ligação entre os currículos técnicos e as necessidades reais do mercado de trabalho.

Programa 523 – Ensino Recorrente e Educação Comunitária

- 2025: 409.294 USD
- 2026: 318.964 USD
- Variação: -90.330 USD (-22,1%)

Esta é a redução percentual mais acentuada em todo o orçamento do Ministério da Educação.

O programa de ensino recorrente é fundamental para:

- Alfabetização de jovens e adultos;
- Educação comunitária e requalificação profissional;
- Promoção da inclusão social e combate ao abandono escolar.

A diminuição de mais de 22% poderá ter impactos sociais severos, sobretudo em comunidades rurais e entre grupos vulneráveis.

Num país onde o analfabetismo ainda é uma realidade, reduzir este orçamento representa um retrocesso nas políticas de inclusão educativa e social.



1.2. Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura

O orçamento atribuído em 2025 foi de US\$ 6.957.923, para a implementação de 2 programas, 6 subprogramas e 23 atividades.

O orçamento proposto para 2026 é de US\$ 6.262.271, para a implementação de 2 programas, 5 subprogramas e 24 atividades.

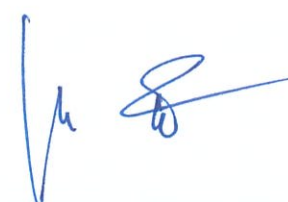
Comparação entre os orçamentos de 2025 e 2026

Ano	Orçamento Total (USD)	Diferença \$	Variação %
2025	6.957.923	-	-
2026	6.262.271	-695.652	-10,0%

Apesar da redução global, observa-se uma reorganização orçamental interna, com maior ênfase no funcionamento institucional e na promoção da qualidade do ensino superior, e uma diminuição dos fundos extraordinários alocados a projetos específicos e infraestruturas.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	2.756.849	3.141.797	+384.948	+14,0%
502 Bens e Serviços Correntes	1.201.074	1.390.474	+189.400	+15,8%
503 Transferências Públicas	3.000.000	1.500.000	-1.500.000	-50,0%
504 Capital Menor	—	150.000	+150.000	—



505 Capital de Desenvolvimento	—	80.000	+80.000	—
--------------------------------	---	--------	---------	---

- Aumento das despesas com pessoal (+14%)

O crescimento das despesas com salários e vencimentos indica reforço no quadro de pessoal ou atualização salarial, o que demonstra um esforço do Ministério para valorizar os recursos humanos. Contudo, este aumento absorve parte significativa do orçamento total, reduzindo a margem para investimento e programas externos.

- Reforço em bens e serviços correntes (+15,8%)

O aumento nesta categoria pode estar ligado à expansão de atividades administrativas, melhorias logísticas e contratação de serviços profissionais (que quase duplicam face a 2025, passando de 316.454 USD para 635.204 USD).

Redução drástica das transferências públicas (-50%)

A verba destinada a transferências para instituições sem fins lucrativos caiu de 3 milhões para 1,5 milhões USD. Esta redução poderá ter consequências diretas para as universidades públicas, institutos politécnicos e projetos culturais, que dependem deste apoio para funcionar.

- Introdução de investimento em capital

Em 2026, surgem pela primeira vez rubricas de Capital Menor (150.000 USD) e Capital de Desenvolvimento (80.000 USD), o que pode indicar intenção de renovação de equipamentos e melhoria de infraestruturas do Ministério.

Percentual do orçamento

Categoria	% do Total 2025	% do Total 2026	Variação %
501 Salários e Vencimentos	39,6%	50,1%	+10,5

502 Bens e Serviços Correntes	17,3%	22,2%	+4,9
503 Transferências Públicas	43,1%	23,9%	-19,2
504 + 505 Investimento em Capital	0%	3,7%	+3,7

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa	2025	2026	Diferença \$	Variação %
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	2.095.183	2.543.942	+448.759	+21,4%
524 Ensino Superior	4.862.740	3.718.329	-1.144.411	-23,5%
Total	6.957.923	6.262.271	-695.652	-10,0%

O Programa 510 teve aumento de 21,4%, refletindo o reforço da capacidade administrativa e gestão interna.

O Programa 524 sofreu redução de 23,5%, sobretudo devido à diminuição do fundo especial de 3 milhões USD em 2025 para 1,5 milhão USD em 2026.

1.3. Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Acadêmica

O orçamento atribuído em 2025 foi de US\$ 801.924, para a implementação de 2 programas, 3 subprogramas e 9 atividades.

O orçamento proposto para 2026 é de US\$ 622.310, para a implementação de 3 programas, 5 subprogramas e 10 atividades.

Comparação entre os orçamentos de 2025 e 2026

Ano	Total (USD)	Variação Absoluta	Variação %
2025	801,924	-	-
2026	622,310	-179,614	-22,4%

O orçamento global da ANAAA para 2026 diminui cerca de 22,4% em comparação com 2025.

Embora o total seja menor, a análise detalhada mostra uma reorganização orçamental, com maior racionalização das despesas e reforço de programas específicos, como o processo de acreditação e a cooperação institucional.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	242.965	215.591	-27.374	-11,3%
502 Bens e Serviços Correntes	208.959	306.719	+97.760	+46,8%
505 Capital de Desenvolvimento	350.000	100.000	-250.000	-71,4%
Total	801.924	622.310	-179.614	-22,4%

Salários e Vencimentos

- Redução de 11,3%, de 242.965 USD para 215.591 USD.
- Pode refletir reestruturação de pessoal ou ajuste de remunerações, possivelmente com corte de cargos temporários ou abonos.

Bens e Serviços Correntes

- Aumento significativo de 46,8%, de 208.959 USD para 306.719 USD.



- Indica prioridade em serviços operacionais, manutenção, formação ou consultoria técnica, essenciais para a avaliação e acreditação das instituições.

Capital de Desenvolvimento

- Redução drástica de 71,4%, de 350.000 USD para 100.000 USD.
- Sugere adiamento de investimentos em equipamentos fixos ou infraestrutura, mantendo apenas o mínimo necessário.

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Ano	Orçamento Total (USD)	Variação Absoluta	Variação %
2025	548,419	-222,076	-40,5%
2026	326,343		

Este programa, que assegura o funcionamento interno e o desenvolvimento institucional da ANAAA, regista uma redução significativa de 40,5%.

A diminuição pode ser explicada pela conclusão de projetos estruturais iniciados em 2025, nomeadamente investimentos logísticos e administrativos.

Subprograma 51001 – Funcionamento Institucional

Ano	Orçamento Total (USD)	Variação \$	Percentagem
2025	9,100	+1,340	+14,7%
2026	10,440		

Atividade 5100112 – Apoio Jurídico

- 2025: 9,100 USD
- 2026: 10,440 USD



- Aumento de 14,7%, refletindo a necessidade crescente de assessoria jurídica, possivelmente devido a novos regulamentos ou contratos de acreditação.

Subprograma 51002 – Desenvolvimento Institucional

Ano	Orçamento Total (USD)	Variação \$	Percentagem
2025	539,319	-274,816	-50,9%
2026	264,503		

Apesar da redução, este subprograma mantém o maior peso dentro do Programa 510, indicando a continuidade do investimento na gestão administrativa e logística.

- Atividade 5100202 – Gestão Financeira, Administração e Logística
 - 2025: 534,326 USD
 - 2026: 259,471 USD
 - Redução de 51,4% A diminuição demonstra conclusão de projetos de aquisição e estruturação interna realizados em 2025. Em 2026, o foco parece deslocar-se para a otimização e manutenção, não para expansão.
- Atividade 5100206 – Gestão de Recursos Humanos
 - 2025: 4,993 USD
 - 2026: 5,032 USD
 - Aumento residual (0,8%), mantendo-se praticamente estável. Isto mostra continuidade na formação e apoio administrativo sem novas expansões significativas.

Subprograma 51003 – Parcerias

Ano	Orçamento Total (USD)	Variação \$	Percentagem

2025	0	+51,400	—
2026	51,400		

Nova Atividade 5100301 – Cooperação e Parcerias (51,400 USD). Isto demonstra a abertura da ANAAA para cooperação técnica internacional, participação em redes regionais e troca de experiências com agências estrangeiras de acreditação. Uma aposta estratégica em internacionalização e credibilidade institucional.

Programa 524 – Ensino Superior

Ano	Orçamento Total (USD)	Variação \$	Percentagem
2025	253,505	+41,472	+16,4%
2026	294,977		

O reforço orçamental neste programa reflete o fortalecimento das atividades nucleares da ANAAA, diretamente ligadas à avaliação e acreditação da qualidade do ensino superior.

Subprograma – Sistema de Garantia de Qualidade do Ensino Superior

Atividade 1 – Criação de Plataforma Informática

Ano	Orçamento Total (USD)	Variação \$	Percentagem
2025	20,510	+9,259	+45,1%
2026	29,769		

Este aumento reflete o investimento contínuo na digitalização dos processos, com foco na modernização e transparência da gestão de dados sobre creditações e instituições.

Atividade 2 – Processo de Acreditação Programática

Ano	Orçamento Total (USD)	Variação \$	Percentagem



2025	198,871	+11,662	+5,9%
2026	210,533		

O reforço nesta atividade demonstra que a ANAAA está a expandir o número de cursos e instituições avaliadas, consolidando a cultura de qualidade no ensino superior.

Os valores mais elevados destinam-se a visitas de avaliação, pareceres técnicos, capacitação de avaliadores e apoio logístico.

Atividade 3 – Avaliação do Progresso Anual das IES Acreditadas

Ano	Orçamento Total (USD)	Variação \$	Percentagem
2025	2,500	+20,000	+800%
2026	22,500		

O grande aumento mostra a institucionalização de um sistema de acompanhamento contínuo das IES acreditadas, reforçando o controlo de qualidade pós-acreditação.

Atividade 4 – Fortalecimento Institucional e Técnico das IESA

Ano	Orçamento Total (USD)	Variação \$	Percentagem
2025	20,124	+51	+0,3%
2026	20,175		

Mantém-se praticamente estável, sinal de continuidade nos programas de formação e capacitação técnica das instituições de ensino superior.

Atividade 5 – Pesquisa sobre a Empregabilidade dos Graduados

Ano	Orçamento Total (USD)	Variação \$	Percentagem
2025	9,000	+3,000	+33,3%

2026	12,000		
------	--------	--	--

A ampliação orçamental reforça o interesse da ANAAA em avaliar a pertinência dos cursos face ao mercado de trabalho, produzindo dados úteis para políticas públicas e para a revisão curricular das IES.

1.4. Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia

O orçamento atribuído em 2025 foi de US\$ 664.769, para a implementação de 2 programas, 4 subprogramas e 8 atividades.

O orçamento proposto para 2026 é de US\$ 729.841, para a implementação de 2 programas, 5 subprogramas e 10 atividades.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	369.198	350.989	-18.209	-4,9%
50101 Salários e Abonos Regulares e Permanentes	355.398	336.289	-19.109	-5,4%
50102 Abonos Variáveis e Eventuais	13.800	14.700	+900	+6,5%
502 Bens e Serviços Correntes	291.803	368.852	+77.049	+26,4%
504 Capital Menor	—	10.000	+10.000	—
505 Capital de Desenvolvimento	3.768	—	-3.768	-100%
Total	664.769	729.841	+65.072	+9,8%

✚ Salários e Vencimentos

- Redução de 4,9%, passando de 369.198 USD para 350.989 USD.
- Os Salários Regulares diminuem 5,4%, enquanto os abonos variáveis aumentam 6,5%, possivelmente refletindo ajustes pontuais ou incentivos a pessoal específico.

Bens e Serviços Correntes

- Crescimento expressivo de 26,4%, de 291.803 USD para 368.852 USD.
- Indica reforço no funcionamento diário, manutenção, consumíveis e serviços essenciais do Instituto.

Capital Menor

- Introduzido em 2026 com 10.000 USD para aquisição de bens móveis, sinalizando investimento em equipamentos ou material de laboratório.

Capital de Desenvolvimento

- Eliminado em 2026 (-100%), de 3.768 USD para 0 USD.
- Sugere que investimentos em bens fixos foram adiados ou concluídos em anos anteriores.

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa	2025	2026	Diferença \$	Variação %
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	546.847	478.125	-68.722	-12,6%
524 Ensino Superior (Ciências e Tecnologia)	117.922	251.716	+133.794	+113,4%
Total	664.769	729.841	+65.072	+9,8%



O orçamento total do INCT aumenta 9,8% em 2026. Isto significa que o Instituto terá mais recursos financeiros, mas a distribuição das verbas muda bastante: há menos dinheiro para infraestruturas e mais para investigação científica.

Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

- Em 2025, este programa recebeu 546.847.
- Em 2026, passa para 478.125, o que representa uma redução de cerca de 12,6%.

Esta redução deve-se principalmente à diminuição da verba para infraestruturas e edifícios administrativos, que cai de 188.510 em 2025 para 46.125 em 2026 (menos 75,5%).

No entanto, há um pequeno aumento em:

- Apoio jurídico (+29,8%)
- Gestão financeira e logística (+100%)
- Gestão de recursos humanos (+6,4%)
- E a criação de uma nova rubrica de parcerias (15.490 em 2026), que não existia em 2025.

Programa 524 – Ensino Superior (Ciências e Tecnologia)

Este é o programa que mais cresce, passando de 117.922 em 2025 para 251.716 em 2026 — um aumento de 113,4%.

Principais aumentos:

- Pesquisas, estudos e análises científicas: de 97.820 para 212.600 (+117%).
- Inventário da produção científica nacional: de 2.500 para 9.500 (+280%).
- Promoção e divulgação de conhecimento científico e tecnológico: de 17.602 para 29.616 (+68%).



O orçamento de 2026 aumenta o investimento em capital (infraestruturas e equipamentos científicos), mas reduz ligeiramente as despesas correntes, que são necessárias para o funcionamento diário, manutenção e pessoal.

Isto pode ser um risco, se não houver dinheiro suficiente para manter os equipamentos e os projetos.

1.5. Instituto Politécnico de Betano

O orçamento atribuído em 2025 foi de US\$ 1.195.262, para a implementação de 2 programas, 3 subprogramas e 12 atividades.

O orçamento proposto para 2026 é de US\$ 1.422.926, para a implementação de 2 programas, 3 subprogramas e 12 atividades.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	660.534	697.469	+36.935	+5,6%
50101 Salários e Abonos Regulares e Permanentes	635.934	668.969	+33.035	+5,2%
50102 Abonos Variáveis e Eventuais	24.600	28.500	+3.900	+15,9%
502 Bens e Serviços Correntes	258.008	375.206	+117.198	+45,4%
503 Transferências Públicas	200.000	200.000	0	0%
504 Capital Menor	50.000	18.300	-31.700	-63,4%



505 Capital de Desenvolvimento	26.720	131.951	+105.231	+393,6%
--------------------------------	--------	---------	----------	---------

✚ Salários e Vencimentos

- Aumenta 5,6%, passando de 660.534 USD para 697.469 USD.
- Inclui Salários Regulares (+5,2%) e Abonos Variáveis (+15,9%), refletindo possível contratação de pessoal adicional, atualização salarial ou pagamento de incentivos.

✚ Bens e Serviços Correntes

- Cresce 45,4%, passando de 258.008 USD para 375.206 USD.
- Indica reforço do funcionamento diário do Instituto, incluindo manutenção, transporte, comunicações e outros serviços essenciais.

✚ Transferências Públicas

- Mantêm-se constantes em 200.000 USD, destinadas a apoio às famílias.
- Não há alteração neste apoio social entre 2025 e 2026.

✚ Capital Menor

- Reduzido em 63,4%, de 50.000 USD para 18.300 USD.
- Indica menor investimento em aquisição de equipamentos móveis, possivelmente devido a aquisições já realizadas nos anos anteriores.

✚ Capital de Desenvolvimento

- Crescimento expressivo de 393,6%, passando de 26.720 USD para 131.951 USD.
- Destina-se à aquisição de bens de capital fixo, sugerindo novos investimentos em infraestrutura, laboratórios, salas de aula ou equipamentos fixos.

Análise comparativa do orçamento por programa

✚ Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Ano	Orçamento Total (USD)	Variação %
-----	-----------------------	------------

2025	487,821	+23,7%
2026	603,660	

O aumento de cerca de 115.839 USD reflete o reforço do investimento na modernização da gestão administrativa e institucional, com destaque para recursos humanos e sistemas de informação.

Subprograma 51001 – Funcionamento Institucional

- 2025: 87,124 USD
- 2026: 99,698 USD
- Aumento de 14,4%

O reforço orçamental tem como objetivo melhorar a eficiência dos serviços administrativos e académicos, garantindo um funcionamento interno mais eficaz.

Atividades:

- Inspeção e Auditoria: +43% (de 13.091 → 18.724 USD) → Demonstra a aposta na transparência e controlo interno das finanças e gestão pública.
- Gestão de Serviços Académicos: +9,4% (de 74.033 → 80.974 USD) → Visa melhorar o atendimento estudantil, a matrícula e a certificação académica.

Subprograma 51002 – Desenvolvimento Institucional

- 2025: 400,697 USD
- 2026: 503,962 USD
- Aumento de 25,8%

A variação positiva evidencia um investimento estratégico na consolidação da estrutura institucional, recursos humanos e tecnologia.

Atividades:

- Gestão de Recursos Humanos: +5,5% (de 233.836 → 246.708 USD) → Mostra o empenho na formação e valorização do corpo docente e técnico.

- Gestão de Sistemas de Informação e Comunicação: +68% (de 7.200 → 12.120 USD)
→ Reforço significativo para digitalização dos processos académicos e administrativos.
- Gestão Institucional: +70,8% (de 143.416 → 245.134 USD)
→ Grande aumento devido a melhorias infraestruturais, planeamento estratégico e apoio logístico.
- Capacitação de Recursos Humanos: atividade não aparece em 2026, possivelmente integrada na Gestão de Recursos Humanos.

🌟 Programa 524 - Ensino Superior

Ano	Orçamento Total (USD)	Variação %
2025	707,441	+15,8%
2026	819,266	

O aumento de 111.825 USD confirma o reforço do apoio às atividades de ensino, investigação científica e extensão comunitária.

Atividades:

- Gestão de Biblioteca: nova em 2026, com 34.580 USD — reforça o acesso à informação e recursos académicos.
- Seminário no Curso de Construção Civil: +27,2% (de 4.128 → 5.250 USD) → Demonstra o estímulo à partilha técnica e à aprendizagem prática.
- Seminário no Curso de Produção de Animais: +3,7% (de 4.000 → 4.150 USD) → Reforço, mantendo o apoio à formação científica em zootecnia.
- Pesquisa Científica: redução de 56% (de 36.185 → 15.888 USD) → Sinal de reorientação dos fundos para outras prioridades; sugere necessidade de clarificação sobre o impacto na investigação aplicada.
- Serviços de Extensão da Escola Superior de Engenharia: +21,2% (de 309.024 → 374.517USD) → Mostra o fortalecimento das ligações entre o ensino e o setor produtivo.



- Serviços de Extensão da Escola Superior de Agronomia e Zootecnia: +8,3% (de 350.104 → 379.031 USD) → Indica a continuidade do apoio às comunidades rurais e inovação agrícola.
- Atividades Extracurriculares: +46% (de 4.000 → 5.850 USD) → Enfatiza o investimento no desenvolvimento social, cultural e desportivo dos estudantes.

1.6. Universidade Nacional de Timor Lorosa'e

O orçamento atribuído em 2025 foi de 16.757.166, para a implementação de 3 programas, 19 subprogramas e 47 atividades.

O orçamento proposto para 2026 é de US\$ 14.968.716, para a implementação de 3 programas, 18 subprogramas e 24 atividades.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	12.857.110	11.717.632	-1.139.478	-8,9%
50101 Salários e Abonos Regulares e Permanentes	12.515.177	11.393.932	-1.121.245	-9,0%
50102 Abonos Variáveis e Eventuais	341.933	323.700	-18.233	-5,3%
502 Bens e Serviços Correntes	2.311.669	2.533.752	+222.083	+9,6%
504 Capital Menor	250.000	—	-250.000	-100%
505 Capital de Desenvolvimento	1.338.387	717.332	-621.055	-46,4%

Total	16.757.166	14.968.716	-1.788.450	-10,7%
--------------	------------	------------	------------	--------

Salários e Vencimentos

- Redução de 8,9% em relação a 2025.
- Inclui Salários e Abonos Regulares e Permanentes (-9%) e Abonos Variáveis e Eventuais (-5,3%).
- Esta diminuição pode refletir contenção de pessoal, ajustes de quadro docente ou medidas de eficiência salarial, sem comprometer a operação acadêmica essencial.

Bens e Serviços Correntes

- Aumenta 9,6%, passando de 2.311.669 USD para 2.533.752 USD.
- Este reforço indica investimento em funcionamento administrativo, material educativo, serviços profissionais e operacionais, garantindo que a UNTL mantém qualidade em serviços e apoio a estudantes.

Capital Menor

- Eliminado em 2026 (-100%), significando que não estão previstos novos investimentos em bens móveis, possivelmente por já existirem equipamentos suficientes adquiridos em anos anteriores.

Capital de Desenvolvimento

- Reduzido 46,4%, de 1.338.387 USD para 717.332 USD.
- A rubrica contempla aquisição de bens de capital fixo, como laboratórios, equipamentos científicos e infraestruturas físicas, e a redução indica adiamento de projetos de grande investimento ou priorização de despesas correntes.

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa	2025	2026	Diferença \$	Variação %
510 Funcionamento e	6,112,540	6,389,356	+276,816	+4,5%



Desenvolvimento Institucional				
524 Ensino Superior	8,443,680	8,571,660	+127,980	+1,5%
980 Inclusão Social	7,700	7,700	0	0%
Total	14,563,920	14,968,716	+404,796	+2,8%

Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

O orçamento destinado ao funcionamento e desenvolvimento institucional aumentou de 6,1 milhões USD em 2025 para 6,39 milhões USD em 2026, o que representa um reforço de 4,5%.

Este acréscimo traduz o esforço do Governo em melhorar a eficiência administrativa e a gestão de recursos humanos, áreas que continuam a absorver a maior parte da despesa (cerca de 59% do total deste programa).

Os principais investimentos concentram-se em:

- Gestão de recursos humanos (3,76 milhões USD) – salários, formação e incentivos;
- Gestão financeira e logística (1,19 milhões USD);
- Infraestruturas e manutenção (718 mil USD), demonstrando continuidade no compromisso com a modernização dos espaços académicos.

O aumento reforça a capacidade de gestão e de execução administrativa da UNTL. Contudo, a dependência elevada de despesas de pessoal indica que ainda há margem para otimizar a eficiência orçamental e canalizar mais recursos para áreas académicas e científicas.

Programa 524 – Ensino Superior

O programa mais relevante da UNTL continua a ser o Ensino Superior, que em 2026 recebe 8,57 milhões USD, um ligeiro aumento face aos 8,44 milhões USD de 2025 (+1,5%).



A distribuição interna demonstra prioridade às faculdades com maior número de estudantes e projetos científicos:

- Engenharia, Ciências e Tecnologia – 1,42 M USD
- Ciências Sociais – 1,36 M USD
- Agricultura – 1,23 M USD
- Medicina e Ciências da Saúde – 0,91 M USD
- Economia e Gestão – 0,61 M USD
- Turismo, Artes e Indústrias Criativas – 0,24 M USD

Outras áreas, como Direito, Filosofia e Ciências Exatas, mantêm dotações mais reduzidas, refletindo o tamanho e a dimensão de cada curso. O aumento no programa de Ensino Superior confirma o esforço para fortalecer o ensino e a investigação, sobretudo nas áreas de ciência e tecnologia. No entanto, as verbas ainda são modestas para apoiar plenamente a investigação, bibliotecas e pós-graduação, que são cruciais para elevar a qualidade académica.

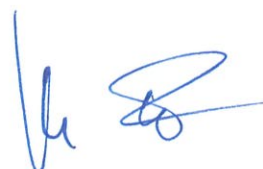
Programa 980 – Inclusão Social

O programa de Inclusão Social mantém o mesmo valor simbólico de 7.700 USD, sem alteração entre 2025 e 2026. Os fundos são aplicados em iniciativas de promoção da igualdade de género, prevenção da violência baseada no género e inclusão educativa. Apesar de representar um valor reduzido, este programa é essencial para a integração dos princípios de igualdade e segurança na comunidade universitária. Contudo, seria importante reforçar o orçamento para permitir uma implementação mais ampla e sustentável destas ações.

1.7. Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

O orçamento atribuído em 2025 foi de US\$ 18.970.000, para a implementação de 3 programas, 19 subprogramas e 47 atividades.

O orçamento proposto para 2026 é de US\$ 20.610.000, para a implementação de 3 programas, 2 subprogramas e 3 atividades.



Análise comparativa do orçamento por programa

Programa 304: Formação Profissional

- 2025: 1,223,780 USD
- 2026: 0 USD
- Variação: -1,223,780 USD (-100%)

Em 2025, este programa apoiava centros de formação acreditados, registados e comunitários. No OGE 2026, o programa foi eliminado, o que levanta preocupação quanto à continuidade da formação profissional de base. A ausência desta rubrica poderá indicar uma transferência de competências para outros organismos, como a SEFOPE, ou uma redefinição das prioridades do FDCH.

Programa 313: Treinamento Técnico

- 2025: 2,051,682 USD
- 2026: 0 USD
- Variação: -2,051,682 USD (-100%)

Este programa financiava ações de formação técnica para funcionários públicos e o público em geral. A sua ausência em 2026 pode comprometer a formação contínua e a capacitação técnica dos quadros nacionais.

Programa 314: Bolsas de Estudo

- 2025: 13,956,821 USD
- 2026: 18,771,722 USD
- Variação: +4,814,901 USD (+34,5%)

Este é o principal programa do FDCH e registou um reforço expressivo de 34,5%, o que demonstra uma clara aposta na formação de quadros qualificados. A maior parte do montante corresponde a transferências públicas (18,32 milhões USD), destinadas ao pagamento direto das bolsas de estudo nacionais e internacionais.



 Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

- 2025: 1,741,261 USD
- 2026: 1,844,138 USD
- Variação: +102,877 USD (+5,9%)

O aumento reflete a necessidade de fortalecer a capacidade administrativa, financeira e logística do FDCH, assegurando uma gestão eficiente das bolsas e programas.

Atividade 5100202: Gestão Financeira, Administração e Logística

- 2025: 1,461,258 USD
- 2026: 1,409,552 USD
- Variação: -51,706 USD (-3,5%)

Pequena redução, possivelmente devido à racionalização de despesas ou redistribuição interna de custos.

Atividade 5100205: Planeamento, Monitorização e Estatísticas

- 2025: 280,003 USD
- 2026: 434,586 USD
- Variação: +154,583 USD (+55,2%)

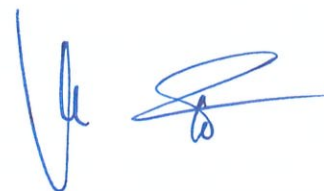
Aumento substancial, o que demonstra maior investimento na monitorização, recolha de dados e avaliação de impacto dos programas do FDCH.

1.8. Ministério da Administração Estatal

O orçamento atribuído em 2025 foi de US\$ 25.998.921, para a implementação de 3 programas, 19 subprogramas e 47 atividades.

O orçamento proposto para 2026 é de US\$ 22.266.888, para a implementação de 3 programas, 12 subprogramas e 27 atividades.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica



Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	11,756,843	8,944,903	-2,811,940	-23,9%
502 Bens e Serviços Correntes	11,680,373	10,760,280	-920,093	-7,9%
503 Transferências Públicas	2,203,705	2,203,705	0	0,0%
504 Capital Menor	358,000	358,000	0	0,0%
Total	25,998,921	22,266,888	-3,732,033	-14,4%

Salários e Vencimentos

A categoria Salários e Vencimentos apresenta uma redução significativa de 2,8 milhões USD, o que corresponde a -23,9% face ao ano anterior. Esta diminuição poderá estar associada à reorganização interna dos recursos humanos, possível redução de pessoal contratado ou transferência de algumas despesas salariais para outros ministérios ou programas descentralizados. Apesar da redução, esta categoria continua a representar cerca de 40,2% do total do orçamento de 2026.

Bens e Serviços Correntes

As despesas com bens e serviços correntes diminuíram 7,9%, passando de 11,68 milhões USD em 2025 para 10,76 milhões USD em 2026. Esta redução reflete um ajuste moderado na despesa operacional, possivelmente devido a contenção orçamental e priorização de programas essenciais. Ainda assim, esta categoria mantém-se como a principal componente de despesa, representando 48,3% do total do orçamento de 2026.

Transferências Públicas

O valor destinado às Transferências Públicas mantém-se inalterado, totalizando 2.203.705 USD em ambos os anos. Estas transferências incluem o apoio a instituições sem



finis lucrativos, especialmente no âmbito da governação local, formação comunitária e desenvolvimento municipal. A manutenção do valor indica continuidade nas políticas de apoio institucional e estabilidade nos compromissos financeiros com parceiros não governamentais.

Capital Menor

A rubrica Capital Menor, referente à aquisição de bens de capital móvel, mantém igualmente o valor de 358.000 USD. O montante visa assegurar a renovação mínima de equipamentos e bens móveis, sem aumento de investimento em ativos fixos. A manutenção deste valor reflete uma gestão prudente e de continuidade na modernização dos recursos físicos do Ministério.

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa	2025	2026	Diferença \$	Variação %
025 Descentralização Administrativa e Poder Local	5,519,108	2,562,787	-2,956,321	-53,57%
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	19,076,701	17,175,833	-1,900,868	-9,96%
980 Inclusão Social	103,200	65,000	-38,200	-37,03%
A23 Toponímia e Organização Urbana	707,648	584,763	-122,885	-17,37%
A24 Desenvolvimento Local	592,264	528,580	-63,684	-10,75%



A47 Reforma da Administração Local e Simplificação Administrativa	—	1,349,925	+1,349,925	Novo programa
Total	25,998,921	22,266,888	-3,732,033	-14,36%

 Programa 025 – Descentralização Administrativa e Poder Local (-53,57%)

O orçamento para descentralização registra uma redução acentuada de mais de metade face a 2025, passando de 5,52 milhões USD para 2,56 milhões USD. Esta diminuição é explicada pela redução dos montantes afetos ao desenvolvimento local e ao planeamento integrado municipal, especialmente na execução do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos (PNDS).

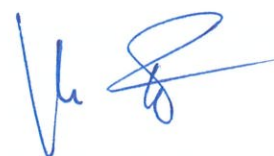
O corte orçamental poderá impactar a implementação de projetos de infraestrutura comunitária e a capacidade técnica dos municípios, o que exige medidas de mitigação e coordenação interinstitucional com o Ministério das Finanças e o Governo Local.

 Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional (-9,96%)

Este continua a ser o programa com maior peso orçamental, representando cerca de 77% do total do MAE em 2026. A redução de 1,9 milhões USD reflete um esforço de contenção de despesas administrativas e de racionalização de recursos. Contudo, mantém-se a prioridade no subprograma de Desenvolvimento Institucional (11,8 milhões USD), sobretudo na gestão financeira, que absorve mais de 10 milhões USD, sinalizando a importância da sustentabilidade financeira e transparência administrativa.

 Programa 980 – Inclusão Social (-37,03%)

O orçamento passou de 103,200 USD para 65,000 USD, registando uma redução de cerca de 37%. Apesar do valor reduzido, o programa mantém relevância política por apoiar a implementação do Plano Nacional de Ação para a Violência Baseada no Género (NAP-GBV), promovendo formação e capacitação de líderes locais em igualdade de género e inclusão social.



Programa A23 – Toponímia e Organização Urbana (-17,37%)

Este programa, responsável pela gestão da toponímia e organização urbana, teve uma diminuição moderada. O investimento em higiene e ordem pública urbana, especialmente na instalação de placas e numeração de casas, continua a ser uma prioridade, ainda que com um orçamento ligeiramente inferior. A redução poderá adiar a execução plena dos programas de ordenamento urbano municipal.

Programa A24 – Desenvolvimento Local (-10,75%)

O programa de promoção do desenvolvimento local sofreu uma redução menor, mantendo-se relativamente estável. Continua a financiar atividades de supervisão de serviços locais, disseminação de informação e capacitação de recursos humanos para elaboração e monitorização dos planos municipais de desenvolvimento. O decréscimo moderado indica um ajuste técnico, não uma despriorização política.

Programa A47 – Reforma da Administração Local e Simplificação Administrativa (Novo Programa)

Introduzido em 2026, este programa representa uma nova prioridade estratégica do Ministério. Com um orçamento de 1.349.925 USD, visa a modernização dos sistemas administrativos locais, a redução da burocracia e o reforço da eficiência institucional. Inclui ações de capacitação de recursos humanos municipais e melhoria da prestação de bens e serviços — um sinal positivo de reforma estrutural e inovação governativa.

1.9. Autoridades Municipais

Foram analisados os orçamentos de todas as autoridades municipais, com exceção da Autoridade Administrativa de Ataúro.

1.9.1. Autoridade Municipal de Aileu

A análise do orçamento do Município de Aileu para a educação entre 2025 e 2026 mostra variações significativas nas alocações financeiras.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
-----------	------	------	--------------	------------

501 Salários e Vencimentos	215,729	149,237	-66,492	-30,8%
502 Bens e Serviços Correntes	17,800	27,780	+9,980	+56,1%
503 Transferências Públicas	1,488,947	1,425,648	-63,299	-4,3%
505 Capital de Desenvolvimento	0	840,671	+840,671	N/A
Total	1,722,476	2,443,336	+720,860	+41,8%

Salários e Vencimentos

O orçamento destinado a salários e vencimentos sofreu uma redução significativa de 66,492 USD (-30,8%), passando de 215,729 USD em 2025 para 149,237 USD em 2026. Essa diminuição pode ter um impacto negativo na motivação e retenção de docentes, essenciais para a qualidade do ensino.

Bens e Serviços Correntes

Houve um aumento de 9,980 USD (+56,1%), passando de 17,800 USD para 27,780 USD. Este incremento é positivo e indica um maior investimento em materiais e serviços essenciais para as escolas, o que pode melhorar o ambiente educativo.

Transferências Públicas

As transferências públicas diminuíram em 63,299 USD (-4,3%), de 1,488,947 USD para 1,425,648 USD. Essa queda é preocupante, pois pode limitar a capacidade do município de financiar iniciativas educativas e programas de apoio.

Capital de Desenvolvimento



A introdução de 840,671 USD para capital de desenvolvimento é um aspecto notável do orçamento de 2026. Este investimento destina-se a melhorias em infraestruturas educativas, o que é essencial para criar um ambiente de aprendizagem adequado.

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa	2025	2026	Diferença \$
520 Educação Pré-escolar	118,335	218,559	+100,224
521 Ensino Básico	1,604,041	2,224,577	+620,536
523 Ensino Recorrente	100	200	+100
Total	1,722,476	2,443,336	+720,860

 Programa 520 - Educação Pré-escolar

O orçamento para este programa aumentou em 100,224 USD, passando de 118,335 USD em 2025 para 218,559 USD em 2026. Este aumento é encorajador, pois reflete um investimento na educação na primeira infância, essencial para o desenvolvimento das crianças.

 Programa 521 - Ensino Básico

O programa de ensino básico teve um aumento substancial de 620,536 USD, subindo de 1,604,041 USD para 2,224,577 USD. Este incremento é crucial para garantir que os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e recursos adequados.

 Programa 523 - Ensino Recorrente

O orçamento para o ensino recorrente aumentou em 100 USD, de 100 USD para 200 USD. Embora o aumento seja pequeno, é importante que o município continue a apoiar a alfabetização e a formação contínua de adultos.



1.9.2. Autoridade Municipal de Ainaro

A análise do orçamento do Município de Ainaro para a educação entre 2025 e 2026 revela variações significativas nas alocações financeiras.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	102,264	247,567	+145,303	+142,1%
502 Bens e Serviços Correntes	35,598	30,980	-4,618	-12,99%
503 Transferências Públicas	2,102,083	2,102,083	0	0%
505 Capital de Desenvolvimento	0	105,000	+105,000	N/A
Total	2,239,945	2,485,630	+245,685	+11%

Salários e Vencimentos

O orçamento destinado a salários e vencimentos aumentou significativamente em 145,303 USD (+142,1%), passando de 102,264 USD em 2025 para 247,567 USD em 2026. Este aumento é essencial para a valorização dos docentes e pode ter um impacto positivo na qualidade do ensino.

Bens e Serviços Correntes

Observou-se uma redução de 4,618 USD (-12,99%), passando de 35,598 USD para 30,980 USD. Essa diminuição pode afetar a capacidade das escolas de adquirir materiais e serviços essenciais, comprometendo o ambiente educativo.



Transferências Públicas

As transferências públicas mantiveram-se inalteradas em 2,102,083 USD. Essa estabilidade é positiva e garante a continuidade do financiamento de programas educativos.

Capital de Desenvolvimento

A alocação de 105,000 USD para capital de desenvolvimento é um destaque importante do orçamento de 2026. Este investimento destina-se a melhorias em infraestruturas educativas, vital para um ambiente de aprendizagem adequado e moderno.

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa	2025	2026	Diferença \$
520 Educação Pré-escolar	302,823	550,326	+247,503
521 Ensino Básico	1,911,730	1,896,076	-15,654
523 Ensino Recorrente	25,392	39,228	+13,836
Total	2,239,945	2,485,630	+245,685

Programa 520 - Educação Pré-escolar

O orçamento para este programa aumentou em 247,503 USD, passando de 302,823 USD em 2025 para 550,326 USD em 2026. Este aumento substancial é encorajador, pois reflete um forte investimento na educação pré-escolar, fundamentais para o desenvolvimento das crianças.

Programa 521 - Ensino Básico

O programa de ensino básico sofreu uma ligeira diminuição de 15,654 USD, descendo de 1,911,730 USD para 1,896,076 USD. Essa redução pode impactar a qualidade do ensino, sendo importante que o município reavalie essa alocação.

Programa 523 - Ensino Recorrente

O orçamento para o ensino recorrente aumentou em 13,836 USD, de 25,392 USD para 39,228 USD. Este incremento é positivo e demonstra um compromisso com a alfabetização e a formação contínua de adultos.

1.9.3. Autoridade Municipal de Baucau

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Salários e Vencimentos

Ano	Orçamento Total (USD)	Diferença \$	Variação %
2025	178.802	—	—
2026	196.655	+17.853	+10,0%

A rubrica de Salários e Vencimentos aumentou 10,0% em 2026, refletindo o reforço da componente de recursos humanos. Este acréscimo pode estar associado a novas contratações de professores e auxiliares, atualização de abonos ou regularização de vínculos contratuais. O aumento é positivo, pois garante maior estabilidade e capacidade operacional nas escolas municipais.

Bens e Serviços Correntes

Ano	Orçamento Total (USD)	Diferença \$	Variação %
2025	27.268	—	—
2026	22.484	-4.784	-17,5%

Verifica-se uma redução de 17,5% nesta categoria, que engloba despesas com funcionamento, manutenção e aquisição de materiais. Esta diminuição pode indicar

maior controlo orçamental ou reajuste de prioridades, privilegiando áreas de maior impacto direto na aprendizagem, como salários e programas de transferência pública (merenda escolar). Contudo, é importante garantir que esta redução não comprometa o funcionamento regular das escolas, nomeadamente em consumíveis e serviços básicos.

Transferências Públicas

Ano	Orçamento Total (USD)	Diferença \$	Variação %
2025	2.842.727	—	—
2026	2.914.690	+71.963	+2,5%

As Transferências Públicas — que incluem as despesas com merenda escolar e subsídios escolares — registam um aumento de 2,5%. Este crescimento, embora moderado, revela o compromisso contínuo com os programas de apoio direto aos alunos, fundamentais para promover a frequência e o sucesso escolar.

A manutenção do financiamento da merenda escolar é um elemento essencial para combater a insegurança alimentar e o abandono escolar nas zonas rurais.

Análise comparativa do orçamento por programa

A análise compara os orçamentos dos Programas 520 (Educação Pré-escolar), 521 (Ensino Básico) e 523 (Ensino Recorrente) dos Serviços Municipais de Educação entre os anos de 2025 e 2026.

Programa 520 – Educação Pré-escolar

Ano	Orçamento Total (USD)
2025	135.656
2026	142.500
Diferença	+6.844
Variação percentual	+5,0%



O orçamento destinado ao Programa de Educação Pré-escolar aumentou 5,0% em 2026, refletindo um esforço para reforçar a cobertura e qualidade da educação infantil.

O aumento mais expressivo verifica-se nas atividades relacionadas com a merenda escolar, que passam de 121.271 USD em 2025 para 126.000 USD em 2026, um acréscimo de 3,9%. A gestão e políticas do pré-escolar também registam crescimento, subindo de 14.385 USD para 16.500 USD (+14,7%), indicando uma aposta ligeiramente maior em subsídios e apoio institucional.

Programa 521 – Ensino Básico

Ano	Orçamento Total (USD)
2025	2.911.904
2026	2.989.929
Diferença	+78.025
Variação percentual	+2,7%

O Programa do Ensino Básico, que representa a maior fatia do orçamento municipal para a educação, aumentou 2,7% em 2026. Este crescimento é modesto, mas significativo, dado o peso deste nível de ensino. A atividade de fornecimento de merenda escolar mantém praticamente o mesmo valor (2.054.791 USD em 2025 e 2.054.682 USD em 2026), o que indica estabilidade, mas também uma possível necessidade de atualização, considerando a inflação e o aumento de alunos.

Por outro lado, a atividade de efetivação do processo de ensino e aprendizagem aumentou de 857.113 USD para 935.247 USD (+9,1%), o que demonstra investimento adicional na componente pedagógica e operacional das escolas básicas.

Programa 523 – Ensino Recorrente

Ano	Orçamento Total (USD)
2025	1.237
2026	1.400

Diferença	+163
Variação percentual	+13,2%

O Programa de Ensino Recorrente, embora continue a representar uma parcela reduzida do orçamento, regista um aumento de 13,2%. Este incremento, ainda que pequeno em termos absolutos, é relevante, pois reforça o compromisso com a alfabetização de adultos e fortalecimento dos centros de aprendizagem comunitários, essenciais para combater o analfabetismo e promover a educação ao longo da vida.

1.9.4. Autoridade Municipal de Bobonaro

O orçamento total aumentou de 2,613,468 USD em 2025 para 3,193,825 USD em 2026, resultando num incremento de 580,357 USD, o que corresponde a um aumento de 22,2%. Este crescimento indica um compromisso em expandir e melhorar os serviços educativos, alinhando-se com as necessidades crescentes da população.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
Salários e Vencimentos	272,972	242,637	-30,335	-11,1%
Bens e Serviços Correntes	39,232	38,100	-1,132	-2,9%
Transferências Públicas	2,301,264	2,403,088	+101,824	+4,4%
Capital de Desenvolvimento	0	510,000	+510,000	N/A
Total	2,613,468	3,193,825	+580,357	+22,2%

✚ Salários e Vencimentos

O valor destinado a salários e vencimentos diminuiu de 272,972 USD em 2025 para 242,637 USD em 2026, representando uma redução de 30,335 USD (-11,1%). Esta diminuição pode suscitar preocupações sobre a valorização dos docentes, que são cruciais para a qualidade do ensino. É importante que a gestão do orçamento encontre

formas de compensar essa redução, garantindo que os professores sejam motivados e retidos nas suas funções.

Bens e Serviços Correntes

Os recursos alocados para bens e serviços correntes também registaram uma ligeira redução, passando de 39,232 USD em 2025 para 38,100 USD em 2026, uma variação de -1,132 USD (-2,9%). Essa diminuição pode impactar a capacidade das escolas de adquirir materiais e serviços essenciais para o funcionamento diário. A gestão deve assegurar que, apesar da redução, as escolas continuem a ter acesso aos recursos necessários para garantir um ambiente educativo adequado.

Transferências Públicas

Em contrapartida, as transferências públicas aumentaram de 2,301,264 USD em 2025 para 2,403,088 USD em 2026, com um incremento de 101,824 USD (+4,4%). Este aumento é positivo, pois reflete uma maior disponibilidade de recursos para financiar projetos e programas educativos, crucial para o desenvolvimento do sistema educativo.

Capital de Desenvolvimento

A introdução de 510,000 USD para capital de desenvolvimento é um aspecto notável do orçamento de 2026. Este investimento destina-se a infraestruturas educativas e melhorias, o que é essencial para criar um ambiente de aprendizagem adequado e moderno. A alocação de fundos para o desenvolvimento de infraestruturas é um indicador de uma estratégia a longo prazo para a melhoria da educação.

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa	2025	2026	Diferença \$
520 Educação Pré-escolar	0	187,926	+187,926
521 Ensino Básico	272,972	3,003,363	+2,730,391
523 Ensino Recorrente	0	2,536	+2,536



A análise do orçamento por programa para os anos de 2025 e 2026 revela um enfoque significativo nas áreas de educação pré-escolar, ensino básico e ensino recorrente.

Programa 520 - Educação Pré-escolar

O orçamento de 2025 não previa qualquer investimento nesta área. Em 2026, foi introduzido um valor de 187,926 USD, o que representa um passo importante para o desenvolvimento da educação pré-escolar. Este aumento reflete a crescente importância atribuída à educação na primeira infância, reconhecendo a necessidade de apoiar o desenvolvimento das crianças desde cedo.

Programa 521 - Ensino Básico

O programa de ensino básico apresenta um aumento substancial, passando de 272,972 USD em 2025 para 3,003,363 USD em 2026. Esta variação de 2,730,391 USD demonstra um foco renovado na educação básica, evidenciando a intenção do município em melhorar a qualidade do ensino e expandir recursos para este nível educativo. Este investimento é crucial para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Programa 523 - Ensino Recorrente

Embora não houvesse orçamento alocado para o ensino recorrente em 2025, em 2026 foi designado um valor de 2,536 USD. A introdução deste investimento sinaliza uma nova prioridade para programas de alfabetização e educação comunitária, que são essenciais para a inclusão social e a formação contínua de adultos.

1.9.5. Autoridade Municipal de Covalima

A análise do orçamento do Município de Covalima para a educação entre 2025 e 2026 revela variações significativas nas alocações financeiras.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$
501 Salários e Vencimentos	191,675	162,582	-29,093

502 Bens e Serviços Correntes	20,596	18,977	-1,619
503 Transferências Públicas	1,789,175	1,628,970	-160,205
Total	2,001,446	1,810,529	-190,917

Salários e Vencimentos

O orçamento para salários e vencimentos apresentou uma diminuição de 29,093 USD (-15,2%), passando de 191,675 USD em 2025 para 162,582 USD em 2026. Essa redução pode comprometer a motivação e a retenção de docentes, essenciais para a qualidade do ensino.

Bens e Serviços Correntes

Houve uma diminuição de 1,619 USD (-7,85%), de 20,596 USD para 18,977 USD. Essa redução pode afetar a capacidade das escolas em adquirir materiais e serviços essenciais, comprometendo o ambiente educativo.

Transferências Públicas

As transferências públicas caíram em 160,205 USD (-8,95%), de 1,789,175 USD para 1,628,970 USD. Esta diminuição é preocupante, pois pode limitar o financiamento de iniciativas e programas educativos.

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa	2025	2026	Diferença \$
520 Educação Pré-escolar	315,245	145,947	-169,298
521 Ensino Básico	1,685,201	1,663,882	-21,319



523 Ensino Recorrente	1,000	700	-300
Total	2,001,446	1,810,529	-190,917

🌟 Programa 520 - Educação Pré-escolar

O orçamento destinado à educação pré-escolar sofreu uma queda significativa de 169,298 USD, descendo de 315,245 USD em 2025 para 145,947 USD em 2026. Este corte é alarmante, pois a educação na primeira infância é crucial para o desenvolvimento das crianças.

🌟 Programa 521 - Ensino Básico

O programa de ensino básico teve uma ligeira diminuição de 21,319 USD, passando de 1,685,201 USD para 1,663,882 USD. Embora a redução seja pequena, é importante que o município mantenha um nível adequado de financiamento para garantir uma educação de qualidade.

🌟 Programa 523 - Ensino Recorrente

O orçamento para o ensino recorrente diminuiu em 300 USD, de 1,000 USD para 700 USD. Essa redução pode impactar negativamente as iniciativas de alfabetização e formação contínua para adultos, que são essenciais para o desenvolvimento da comunidade.

1.9.6. Autoridade Municipal de Díli

A análise do orçamento do Município de Díli para a área da educação entre 2025 e 2026

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	742,719	473,796	-268,923	-36,2%
502 Bens e Serviços Correntes	18,929	57,759	+38,830	+204,4%

503 Transferências Públicas	6,481,391	6,501,708	+20,317	+0,3%
504 Capital Menor	12,000	4,175	-7,825	-65,2%
Total	7,255,039	7,037,438	-217,601	-3,0%

Salários e Vencimentos

O orçamento destinado a salários e vencimentos sofreu uma redução significativa de 268,923 USD (-36,2%), passando de 742,719 USD em 2025 para 473,796 USD em 2026. Essa diminuição pode impactar negativamente a motivação e retenção de docentes, o que é crucial para a qualidade do ensino.

Bens e Serviços Correntes

Houve um aumento expressivo de 38,830 USD (+204,4%), passando de 18,929 USD em 2025 para 57,759 USD em 2026. Este incremento é positivo, pois indica um maior investimento em materiais e serviços essenciais para as escolas.

Transferências Públicas

As transferências públicas aumentaram ligeiramente em 20,317 USD (+0,3%), de 6,481,391 USD em 2025 para 6,501,708 USD em 2026. Este aumento, embora modesto, é importante para garantir a continuidade de programas educativos.

Capital Menor

O valor destinado a capital menor teve uma redução drástica de 7,825 USD (-65,2%), passando de 12,000 USD para 4,175 USD. Essa diminuição pode afetar a capacidade de realizar pequenas obras e manutenção nas infraestruturas escolares.

Análise comparativa do orçamento por programa



Programa	2025	2026	Diferença \$
520 Educação Pré-escolar	560,794	523,990	-36,804
521 Ensino Básico	6,630,415	6,454,528	-175,887
523 Ensino Recorrente	63,830	58,920	-4,910
Total	7,255,039	7,037,438	-217,601

Programa 520 - Educação Pré-escolar

O orçamento para este programa diminuiu em 36,804 USD, passando de 560,794 USD em 2025 para 523,990 USD em 2026. Essa redução pode impactar iniciativas de desenvolvimento e apoio à educação na primeira infância.

Programa 521 - Ensino Básico

O programa de ensino básico viu uma diminuição de 175,887 USD, descendo de 6,630,415 USD para 6,454,528 USD. Este corte é preocupante, dado que o ensino básico é fundamental para o desenvolvimento educacional e social.

Programa 523 - Ensino Recorrente

O orçamento para o ensino recorrente também registrou uma leve redução de 4,910 USD, de 63,830 USD para 58,920 USD. Este programa é essencial para a alfabetização e formação contínua de adultos, e a diminuição do orçamento pode comprometer essas atividades.

1.9.7. Autoridade Municipal de Ermera

A análise do orçamento do Município de Ermera para a educação entre 2025 e 2026 revela mudanças significativas nas alocações financeiras.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	234,558	230,558	-4,000	-1,7%
502 Bens e Serviços Correntes	48,895	35,731	-13,164	-26,9%
503 Transferências Públicas	3,856,729	3,957,181	+100,452	+2,6%
505 Capital de Desenvolvimento	0	523,076	+523,076	N/A
Total	4,140,182	4,746,546	+606,364	+14,7%

Salários e Vencimentos

O orçamento para salários e vencimentos sofreu uma ligeira redução de 4,000 USD (-1,7%), passando de 234,558 USD em 2025 para 230,558 USD em 2026. Essa diminuição é relativamente pequena, mas é importante monitorar para garantir que os docentes sejam adequadamente valorizados.

Bens e Serviços Correntes

Observou-se uma redução significativa de 13,164 USD (-26,9%), de 48,895 USD para 35,731 USD. Esta diminuição pode afetar a capacidade das escolas de adquirir materiais e serviços essenciais para o funcionamento diário, comprometendo a qualidade do ambiente educativo.

Transferências Públicas

As transferências públicas aumentaram em 100,452 USD (+2,6%), passando de 3,856,729 USD para 3,957,181 USD. Este aumento é positivo e crucial para financiar programas educativos e iniciativas de apoio.



Capital de Desenvolvimento

A introdução de 523,076 USD para capital de desenvolvimento em 2026 é um aspecto notável. Este investimento destina-se a melhorias em infraestruturas educativas, o que é essencial para criar um ambiente de aprendizagem adequado e moderno.

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa	2025	2026	Diferença \$
520 Educação Pré-escolar	180,013	260,092	+80,079
521 Ensino Básico	3,944,969	4,474,254	+529,285
523 Ensino Recorrente	15,200	12,200	-3,000
Total	4,140,182	4,746,546	+606,364

Programa 520 - Educação Pré-escolar

O orçamento para este programa aumentou em 80,079 USD, passando de 180,013 USD em 2025 para 260,092 USD em 2026. Este aumento é encorajador, pois reflete um maior investimento na educação na primeira infância, uma área crítica para o desenvolvimento das crianças.

Programa 521 - Ensino Básico

O programa de ensino básico teve um aumento substancial de 529,285 USD, subindo de 3,944,969 USD para 4,474,254 USD. Este incremento é crucial para garantir que os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e recursos adequados.

Programa 523 - Ensino Recorrente

O orçamento para o ensino recorrente registrou uma leve diminuição de 3,000 USD, de 15,200 USD para 12,200 USD. Essa redução pode impactar as iniciativas de alfabetização



e formação contínua de adultos, sendo importante que o município reavalie a importância deste programa.

1.9.8. Autoridade Municipal de Lautém

A análise do orçamento do Município de Lautém para a educação entre 2025 e 2026 revela variações significativas nas alocações financeiras.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	200,921	204,640	+3,719	+1,85%
502 Bens e Serviços Correntes	38,350	30,380	-7,970	-20,79%
503 Transferências Públicas	2,064,664	2,002,484	-62,180	-3,01%
505 Capital de Desenvolvimento	0	417,710	+417,710	N/A
Total	2,303,935	2,655,214	+351,279	+15,26%

Salários e Vencimentos

O orçamento para salários e vencimentos aumentou em 3,719 USD (+1,85%), passando de 200,921 USD em 2025 para 204,640 USD em 2026. Esse leve aumento é um sinal positivo para a valorização dos docentes.

Bens e Serviços Correntes

Houve uma redução de 7,970 USD (-20,79%), de 38,350 USD para 30,380 USD. Essa diminuição pode impactar a capacidade das escolas em adquirir materiais e serviços essenciais, comprometendo a qualidade do ambiente educativo.



Transferências Públicas

As transferências públicas caíram em 62,180 USD (-3,01%), de 2,064,664 USD para 2,002,484 USD. Essa redução pode limitar o financiamento de iniciativas e programas educativos, o que é preocupante para a continuidade das atividades escolares.

Capital de Desenvolvimento

A alocação de 417,710 USD para capital de desenvolvimento é um aspecto notável do orçamento de 2026. Este investimento é crucial para melhorar as infraestruturas educativas e garantir um ambiente de aprendizagem seguro e moderno.

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa	2025	2026	Diferença \$
520 Educação Pré-escolar	262,107	263,824	+1,717
521 Ensino Básico	2,041,828	2,225,540	+183,712
025 Descentralização	0	165,850	+165,850
Total	2,303,935	2,655,214	+351,279

Programa 520 - Educação Pré-escolar

O orçamento para este programa teve um leve aumento de 1,717 USD, passando de 262,107 USD para 263,824 USD. Embora o aumento seja pequeno, é positivo que o município mantenha o investimento na educação pré-escolar.

Programa 521 - Ensino Básico

O programa de ensino básico aumentou em 183,712 USD, subindo de 2,041,828 USD para 2,225,540 USD. Este incremento é significativo e demonstra um compromisso com a melhoria da qualidade do ensino.

Programa 025 - Descentralização Administrativa



A introdução de 165,850 USD para a descentralização administrativa é uma novidade no orçamento de 2026. Este investimento pode ajudar a fortalecer a gestão local e promover um desenvolvimento educativo mais integrado.

1.9.9. Autoridade Municipal de Liquiçá

A análise do orçamento do Município de Liquiça para a educação entre 2025 e 2026 revela variações significativas nas alocações financeiras.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	170,312	17,680	-152,632	-89,6%
502 Bens e Serviços Correntes	21,135	20,472	-663	-3,14%
503 Transferências Públicas	1,703,823	1,703,823	0	0%
Total	1,895,270	1,741,975	-153,295	-8,08%

Salários e Vencimentos

O orçamento destinado a salários e vencimentos teve uma redução drástica de 152,632 USD (-89,6%), passando de 170,312 USD em 2025 para 17,680 USD em 2026. Essa diminuição severa pode comprometer a motivação e a retenção de docentes, impactando a qualidade do ensino.

Bens e Serviços Correntes

Observou-se uma ligeira redução de 663 USD (-3,14%), descendo de 21,135 USD para 20,472 USD. Essa diminuição pode afetar a capacidade das escolas em adquirir materiais e serviços essenciais.

Transferências Públicas



As transferências públicas mantiveram-se inalteradas em 1,703,823 USD, o que é positivo, pois garante a continuidade do financiamento de programas educativos.

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa	2025	2026	Diferença \$
520 Educação Pré-escolar	148,429	148,429	0
521 Ensino Básico	1,729,161	1,575,866	-153,295
523 Ensino Recorrente	17,680	17,680	0
Total	1,895,270	1,741,975	-153,295

🚦 **Programa 520 - Educação Pré-escolar**

O orçamento para educação pré-escolar manteve-se inalterado em 148,429 USD. A estabilidade neste programa é essencial para garantir a continuidade dos serviços, como o fornecimento de merenda escolar.

🚦 **Programa 521 - Ensino Básico**

O programa de ensino básico sofreu uma redução de 153,295 USD, passando de 1,729,161 USD para 1,575,866 USD. Essa diminuição é preocupante e pode afetar a qualidade do ensino e as iniciativas de suporte aos alunos.

🚦 **Programa 523 - Ensino Recorrente**

O orçamento para o ensino recorrente manteve-se inalterado em 17,680 USD. Esse valor é crucial para a alfabetização e formação contínua de adultos, garantindo que todos tenham a oportunidade de aprender.

1.9.10. Autoridade Municipal de Manatuto

A análise do orçamento do Município de Manatuto para a educação entre 2025 e 2026 revela variações notáveis nas alocações financeiras.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
502 Bens e Serviços Correntes	13,500	12,200	-1,300	-9,62%
503 Transferências Públicas	1,080,516	1,059,516	-21,000	-1,94%
505 Capital de Desenvolvimento	0	1,348,800	+1,348,800	N/A
Total	1,094,016	2,420,516	+1,326,500	121,23%

Bens e Serviços Correntes

O orçamento para bens e serviços correntes sofreu uma redução de 1,300 USD (-9,62%), passando de 13,500 USD em 2025 para 12,200 USD em 2026. Essa diminuição pode comprometer a capacidade das escolas em adquirir materiais e serviços essenciais.

Transferências Públicas

As transferências públicas diminuíram em 21,000 USD (-1,94%), de 1,080,516 USD para 1,059,516 USD. Embora a redução seja pequena, é importante garantir que o financiamento de programas educativos não seja afetado.

Capital de Desenvolvimento

A introdução de 1,348,800 USD para capital de desenvolvimento é um aspecto notável do orçamento de 2026. Este investimento é crucial para melhorar as infraestruturas educativas e garantir um ambiente de aprendizagem seguro e moderno.

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa	2025	2026	Diferença \$
520 Educação Pré-escolar	91,801	176,101	+84,300



521 Ensino Básico	1,002,215	2,199,415	+1,197,200
523 Ensino Recorrente	0	45,000	+45,000
Total	1,094,016	2,420,516	+1,326,500

✚ Programa 520 - Educação Pré-escolar

O orçamento para este programa aumentou em 84,300 USD, subindo de 91,801 USD para 176,101 USD. Este incremento é positivo e demonstra um compromisso com a educação infantil, incluindo a merenda escolar.

✚ Programa 521 - Ensino Básico

O programa de ensino básico teve um aumento significativo de 1,197,200 USD, passando de 1,002,215 USD para 2,199,415 USD. Este investimento substancial é essencial para melhorar a qualidade do ensino e apoiar os alunos.

✚ Programa 523 - Ensino Recorrente

O orçamento para o ensino recorrente aumentou em 45,000 USD, passando de 0 USD para 45,000 USD. Este investimento é importante para a alfabetização e formação contínua de adultos.

1.9.11. Autoridade Municipal de Manufahi

A análise do orçamento do Município de Manufahi para a educação entre 2025 e 2026 revela variações significativas nas alocações financeiras.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	263,129	228,869	-34,260	-13,02%
502 Bens e Serviços Correntes	19,299	19,599	+300	+1,55%

503 Transferências Públicas	1,356,139	1,640,933	+284,794	+20,96%
505 Capital de Desenvolvimento	0	175,000	+175,000	N/A
Total	1,638,567	2,064,401	+425,834	25,98%

Salários e Vencimentos

O orçamento para salários e vencimentos sofreu uma redução de 34,260 USD (-13,02%), passando de 263,129 USD em 2025 para 228,869 USD em 2026. Essa diminuição pode impactar a motivação dos docentes e a qualidade do ensino.

Bens e Serviços Correntes

Observou-se um leve aumento de 300 USD (+1,55%), com o orçamento passando de 19,299 USD para 19,599 USD. Esse aumento, embora pequeno, é positivo e ajuda a manter a capacidade de aquisição de materiais.

Transferências Públicas

As transferências públicas aumentaram em 284,794 USD (+20,96%), de 1,356,139 USD para 1,640,933 USD. Este aumento é significativo e pode apoiar várias iniciativas educativas no município.

Capital de Desenvolvimento

A introdução de 175,000 USD para capital de desenvolvimento é uma adição importante ao orçamento de 2026, permitindo investimentos em infraestruturas educativas.

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa	2025	2026	Diferença \$
520 Educação Pré-escolar	414,020	278,680	-135,340



521 Ensino Básico	1,224,547	1,610,721	+386,174
Total	1,638,567	2,064,401	+425,834

🚦 Programa 520 - Educação Pré-escolar

O orçamento para educação pré-escolar caiu em 135,340 USD, de 414,020 USD para 278,680 USD. Essa redução pode comprometer a qualidade dos serviços oferecidos, como o fornecimento de merenda escolar.

🚦 Programa 521 - Ensino Básico

O programa de ensino básico teve um aumento significativo de 386,174 USD, passando de 1,224,547 USD para 1,610,721 USD. Este aumento é crucial para melhorar a qualidade do ensino e oferecer suporte aos alunos.

1.9.12. Autoridade Municipal de Viqueque

A análise do orçamento do Município de Viqueque para a educação entre 2025 e 2026 revela variações significativas nas alocações financeiras. O foco nas diferentes categorias orçamentais e programas educativos reflete as prioridades do município no desenvolvimento da educação. Esta análise compara as variações orçamentais, identificando áreas de investimento e possíveis melhorias necessárias.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	205,426	179,875	-25,551	-12,43%
502 Bens e Serviços Correntes	58,495	42,235	-16,260	-27,80%
503 Transferências Públicas	1,322,924	1,526,934	+204,010	+15,41%

505 Capital de Desenvolvimento	108,458	4,120	-104,338	-96,20%
Total	1,695,303	1,753,164	+57,861	3,41%

Salários e Vencimentos

O orçamento para salários e vencimentos sofreu uma redução de 25,551 USD (-12,43%), passando de 205,426 USD em 2025 para 179,875 USD em 2026. Essa diminuição pode afetar a motivação dos docentes e a qualidade do ensino.

Bens e Serviços Correntes

Houve uma diminuição de 16,260 USD (-27,80%), com o orçamento caindo de 58,495 USD para 42,235 USD. Essa redução pode comprometer a capacidade das escolas em adquirir materiais e serviços essenciais.

Transferências Públicas

As transferências públicas aumentaram em 204,010 USD (+15,41%), de 1,322,924 USD para 1,526,934 USD. Este aumento é positivo e pode apoiar várias iniciativas educativas no município.

Capital de Desenvolvimento

O orçamento para capital de desenvolvimento caiu drasticamente em 104,338 USD (-96,20%), passando de 108,458 USD para 4,120 USD. Essa diminuição pode impactar a melhoria das infraestruturas educativas.

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa	2025	2026	Diferença \$
025 Descentralização	108,458	0	-108,458
520 Educação Pré-escolar	507,344	130,074	-377,270



521 Ensino Básico	1,079,501	1,623,090	+543,589
Total	1,695,303	1,753,164	+57,861

🚦 Programa 025 - Descentralização Administrativa

O programa de descentralização teve um corte total, com orçamento reduzido de 108,458 USD para 0 USD. Essa eliminação pode afetar iniciativas de desenvolvimento local.

🚦 Programa 520 - Educação Pré-escolar

O orçamento para educação pré-escolar caiu em 377,270 USD, de 507,344 USD para 130,074 USD. Essa redução é preocupante, pois pode comprometer a qualidade dos serviços oferecidos, como o fornecimento de merenda escolar.

🚦 Programa 521 - Ensino Básico

O programa de ensino básico teve um aumento significativo de 543,589 USD, passando de 1,079,501 USD para 1,623,090 USD. Este aumento é crucial para melhorar a qualidade do ensino e oferecer suporte aos alunos.

1.10. Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno

O orçamento atribuído em 2025 foi de US\$ 9.472.726, para a implementação de 3 programas, 9 subprogramas e 59 atividades.

O orçamento proposto para 2026 é de US\$ 11.308.436, para a implementação de 3 programas, 21 subprogramas e 177 atividades.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	14,662,131	8,211,073	-6,451,058	-44,0%
502 Bens e Serviços Correntes	10,125,289	6,779,829	-3,345,460	-33,0%

503 Transferências Públicas	4,214,053	4,274,900	+60,847	+1,4%
504 Capital Menor	—	2,571,801	+2,571,801	Nova rubrica
505 Capital de Desenvolvimento	7,000,000	951,391	-6,048,609	-86,4%
Total	36,001,473	22,788,994	-13,212,479	-36,7%

O orçamento total da Autoridade RAEOA-ZEESM para 2026 apresenta uma redução significativa de cerca de 36,7% em relação a 2025, passando de 36,0 milhões USD para 22,8 milhões USD. Esta diminuição reflete um ajuste orçamental expressivo, sobretudo nas rubricas de Salários e Vencimentos e de Capital de Desenvolvimento, o que sugere uma política de contenção de despesas e reestruturação de prioridades financeiras.

Salários e Vencimentos

- 2025: 14,662,131 USD
- 2026: 8,211,073 USD
- Variação: -6,451,058 USD (-44,0%)

Esta forte redução indica diminuição de despesas com recursos humanos, possivelmente devido à reorganização institucional, redução de pessoal contratado ou conclusão de contratos temporários. Também pode refletir transferência de funções ou reclassificação de pessoal para outras rubricas ou entidades.

Bens e Serviços Correntes

- 2025: 10,125,289 USD
- 2026: 6,779,829 USD
- Variação: -3,345,460 USD (-33,0%)

A diminuição nesta categoria sugere redução de despesas operacionais, incluindo gastos com combustíveis, manutenção, consultorias e serviços administrativos. A Autoridade



poderá estar a adotar medidas de racionalização e maior controlo de custos no funcionamento diário.

Transferências Públicas

- 2025: 4,214,053 USD
- 2026: 4,274,900 USD
- Variação: +60,847 USD (+1,4%)

Esta rubrica mantém-se praticamente estável, com um ligeiro aumento. Indica continuidade de apoio financeiro a programas e entidades públicas, possivelmente para projetos sociais, autárquicos ou comunitários, assegurando a execução mínima de compromissos institucionais.

Capital Menor

- 2025: —
- 2026: 2,571,801 USD

Trata-se de uma nova rubrica introduzida em 2026, provavelmente para investimentos de pequena dimensão, como aquisição de equipamentos, mobiliário ou infraestruturas ligeiras. A criação desta categoria pode indicar uma tentativa de melhor gestão dos investimentos intermédios, distinguindo-os dos grandes projetos de desenvolvimento.

Capital de Desenvolvimento

- 2025: 7,000,000 USD
- 2026: 951,391 USD
- Variação: -6,048,609 USD (-86,4%)

A forte redução mostra uma diminuição drástica dos investimentos em projetos de infraestrutura e desenvolvimento económico. Isto pode dever-se à conclusão de grandes obras iniciadas em anos anteriores ou à priorização de manutenção e operação em vez de novos projetos.

Análise comparativa do orçamento por programa



Programa	2025	2026	Diferença \$	Variação %
024 Cultura e Património	18,000	5,080	-12,920	-71,8%
028 Desenvolvimento Rural e Urbano	38,022	50,052	+12,030	+31,6%
366 Segurança Nacional	32,500	15,500	-17,000	-52,3%
392 Acesso à Justiça	1,500,590	1,083,880	-416,710	-27,8%
502 Transportes	146,700	65,980	-80,720	-55,0%
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	22,558,795	14,955,725	-7,603,070	-33,7%
520 Educação Pré-Escolar	74,540	97,000	+22,460	+30,1%
521 Ensino Básico	1,436,608	2,117,975	+681,367	+47,4%
522 Ensino Secundário Geral e Técnico-Vocacional	77,100	137,400	+60,300	+78,2%
523 Ensino Recorrente	4,000	4,000	0	0,0%
528 Cuidados de Saúde Primários	26,225	15,050	-11,175	-42,6%

529 Cuidados de Saúde Secundários e Terciários	757,222	766,425	+9,203	+1,2%
798 Água e Saneamento	7,250	109,900	+102,650	+1.415%
867 Desenvolvimento e Reforço de Zonas com Tratamento Especial	8,059,761	2,694,507	-5,365,254	-66,6%
980 Inclusão Social	284,933	59,760	-225,173	-79,0%
982 Turismo	61,997	28,100	-33,897	-54,7%
983 Investimento e Diversificação Económica	236,872	59,820	-177,052	-74,8%
A39 Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais	—	386,390	+386,390	Nova rubrica
A40 Pecuária, Veterinária e Tecnologia	72,720	84,000	+11,280	+15,5%
A41 Pescas, Aquicultura e Recursos Aquáticos	62,793	30,000	-32,793	-52,2%

A42 Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	29,400	22,450	-6,950	-23,6%
Total	36,001,473	22,788,994	-13,212,479	-36,7%

🚦 Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

- Diminuição de 7,6 milhões USD (-33,7%).
- Esta redução traduz contenção de despesas administrativas, nomeadamente em salários e funcionamento corrente.
- Indica uma possível reorganização estrutural interna e redefinição das prioridades de investimento institucional.

🚦 Programa 392 – Acesso à Justiça

- Queda de 27,8%, passando de 1,5 milhões para 1,08 milhões USD.
- Sugere uma redução nos programas de assistência jurídica e infraestruturas judiciais, embora continue a ser uma das áreas mais financiadas depois do funcionamento institucional.

🚦 Programa 867 – Desenvolvimento e Reforço de Zonas Especiais

- Diminuição expressiva de 66,6%.
- Em 2025 houve um grande investimento em infraestruturas (7 milhões USD), que não se repete em 2026.
- A descida indica conclusão de obras ou adiamento de novos projetos estruturantes.

🚦 Programas 520, 521 e 522 – Educação Pré-Escolar, Básica e Secundária

- Todos registam aumento significativo, com destaque para o Ensino Secundário (+78%) e o Ensino Básico (+47%).
- Este reforço demonstra maior aposta na educação, especialmente nos níveis básico e técnico-vocacional, refletindo prioridade social e de desenvolvimento humano.

Programa 798 – Água e Saneamento

- Crescimento extraordinário de 1.415%, passando de 7.250 para 109.900 USD.
- Indica nova atenção ao setor de infraestruturas básicas, possivelmente para melhorar o acesso a água potável e saneamento urbano.

Programas A39 a A42 – Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas

- A criação da nova rubrica A39 (386.390 USD) e o aumento em A40 (+15,5%) revelam reforço no setor produtivo agrícola.
- Contudo, Pescas (-52%) e Florestas (-23%) sofrem cortes, o que pode afetar o equilíbrio do apoio rural e ambiental.

Programas 528 e 529 – Saúde

- Cuidados Primários diminuem 42,6%, enquanto Secundários e Terciários aumentam ligeiramente (+1,2%).
- Isto demonstra maior foco nos serviços hospitalares e especializados, com redução de apoio aos serviços comunitários básicos.

Programa 980 – Inclusão Social

- Forte redução de 79%, passando de 284.933 para 59.760 USD.
- Indica recuo no financiamento de programas sociais, o que pode afetar grupos vulneráveis se não houver compensação noutros programas.

Programa 502 – Transportes

- Queda de 55%, refletindo menos investimentos em infraestruturas rodoviárias ou logísticas, após grandes obras realizadas em anos anteriores.

Programas 982 e 983 – Turismo e Investimento Económico

- Ambos registam reduções acentuadas (entre -55% e -75%), demonstrando menor prioridade ao desenvolvimento económico diversificado em 2026.

Programa 028 – Desenvolvimento Rural e Urbano



- Aumento de 31,6%, sinalizando reforço de programas de urbanização e revitalização rural, com provável enfoque em projetos comunitários.

Programa 024 – Cultura e Património

- Redução de 71,8%, o que demonstra menor alocação para atividades culturais e preservação patrimonial.

1.11. Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura

O orçamento atribuído em 2025 foi de US\$ 9.472.726, para a implementação de 3 programas, 9 subprogramas e 59 atividades.

O orçamento proposto para 2026 é de US\$ 11.308.436, para a implementação de 3 programas, 10 subprogramas e 45 atividades.

Comparação entre os orçamentos de 2025 e 2026

Ano	Orçamento Total (USD)
2025	4.431.530
2026	3.600.629
Variação	-18,7%

- Este programa cobre despesas de funcionamento interno, como salários, serviços administrativos, manutenção de equipamentos, combustível, e apoio logístico.
- A redução de quase 19% indica um esforço de racionalização de custos e de melhoria da eficiência administrativa.
- O Ministério parece estar a canalizar mais recursos para programas finalistas — nomeadamente juventude, desporto e cultura — e a reduzir a dependência de despesas operacionais.
- Contudo, esta diminuição pode também representar risco de enfraquecimento do suporte técnico e administrativo, se não houver reforço da capacidade institucional através de formação ou de melhoria na gestão interna.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica



Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	2.729.571	2.360.216	-369.355	-13,5%
502 Bens e Serviços Correntes	1.850.047	1.537.535	-312.512	-16,9%
503 Transferências Públicas	4.261.650	6.187.995	+1.926.345	+45,2%
505 Capital de Desenvolvimento	631.458	1.222.690	+591.232	+93,6%
Total	9.472.726	11.308.436	+1.835.710	+19,4%

Salários e Vencimentos

- Redução de 13,5%, passando de 2.729.571 USD para 2.360.216 USD.
- Esta diminuição pode refletir reestruturação do quadro de pessoal, cortes em cargos temporários ou ajustes salariais.

Bens e Serviços Correntes

- Redução de 16,9%, de 1.850.047 USD para 1.537.535 USD.
- Indica otimização de despesas correntes, possivelmente priorizando apenas serviços essenciais para o funcionamento administrativo do Ministério.

Transferências Públicas

- Aumento expressivo de 45,2%, de 4.261.650 USD para 6.187.995 USD.
- Mostra uma prioridade em apoiar instituições culturais, desportivas e juvenis, permitindo execução de projetos e programas estratégicos.

Capital de Desenvolvimento

- Crescimento de 93,6%, passando de 631.458 USD para 1.222.690 USD.
- Reflete investimentos em infraestruturas físicas e equipamentos fixos, incluindo espaços culturais, instalações desportivas e centros juvenis.

Análise comparativa do orçamento por programa



Programa 024 - Cultura e Património

Ano	Orçamento Total (USD)
2025	833.172
2026	1.090.939
Variação	+30,9%

- O aumento de cerca de 31% representa um reforço significativo na política cultural e patrimonial do país.
- Em 2026, destacam-se dois grandes projetos de reabilitação:
 - ✓ Prisão de Aipelu, que será transformada em espaço cultural e histórico,
 - ✓ Centro Cultural de Lautém, que receberá obras de melhoria e reanimação cultural.
- O orçamento também contempla apoio a atividades artísticas, festivais nacionais, feiras internacionais e formação de agentes culturais, o que reforça o papel da cultura como instrumento de identidade nacional e de diplomacia cultural.
- O investimento na preservação do património histórico e na promoção das expressões culturais locais contribui para fortalecer a coesão social e o sentimento de pertença nacional.

Programa 980 - Inclusão Social

Ano	Orçamento Total (USD)
2025	4.208.024
2026	6.616.868
Variação	+57,3%

- Esta é a maior variação positiva dentro do Ministério, com um aumento de 57,3%.
- O reforço mostra uma clara prioridade política na promoção da juventude, inclusão social e desenvolvimento desportivo.



Principais destaques:

1. Juventude

- Introdução de novos programas de formação cívica e política, incluindo o “Futuro Liderança Parlamento Foin Sae Nian”, que visa preparar jovens para a participação democrática.
- Apoio reforçado a organizações juvenis, CRAM e redes locais de jovens.
- Maior foco em atividades comunitárias e de voluntariado.

2. Desporto

- Financiamento alargado para competições nacionais e internacionais, como torneios de futebol, voleibol, atletismo e artes marciais.
- Apoio ao Comité Nacional do Desporto (CND) e às federações desportivas.
- Inclusão de programas desportivos para pessoas com deficiência, como o Festival Nacional Paralímpico, reforçando a dimensão de inclusão e igualdade.

3. Infraestruturas Desportivas

- O orçamento prevê a construção e reabilitação de campos desportivos em vários municípios (Aileu, Ainaro, Liquiçá, Suai, Same e Dili), com investimento estimado em 743.000 USD.
- Estes projetos não só melhoram o acesso ao desporto, como também geram oportunidades de emprego local e fortalecem a coesão social municipal.

Programa	2025	2026	Variação %
Funcionamento Institucional	4.431.530	3.600.629	-18,7%
Cultura e Património	833.172	1.090.939	+30,9%



Juventude e Desporto	4.208.024	6.616.868	+57,3%
Total Global	9.472.726	11.308.436	+19,4%

1.12. Secretaria de Estado da Comunicação Social

O orçamento atribuído em 2025 foi de US\$ 6.038.535, para a implementação de 3 programas, 8 subprogramas e 29 atividades.

O orçamento proposto para 2026 é de US\$ 5.594.454, para a implementação de 3 programas, 8 subprogramas e 28 atividades.

Comparação entre os orçamentos de 2025 e 2026

Ano	Orçamento Total (USD)
2025	6.038.535
2026	5.594.454

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	1.619.260	1.192.138	-427.122	-26,4%
502 Bens e Serviços Correntes	767.835	775.876	+8.041	+1,0%
503 Transferências Públicas	2.751.440	2.951.440	+200.000	+7,3%
505 Capital de Desenvolvimento	900.000	675.000	-225.000	-25,0%

Total	6.038.535	5.594.454	-444.081	-7,4%
-------	-----------	-----------	----------	-------

Salários e Vencimentos

- 2025: 1.619.260 USD
- 2026: 1.192.138 USD
- Variação: -427.122 USD (-26,4%)

Esta redução significativa pode estar associada à:

- Diminuição do número de funcionários ou reestruturação interna;
- Transferência de pessoal para outras instituições;
- Ausência de novas contratações ou promoção de contenção salarial.

Bens e Serviços Correntes

- 2025: 767.835 USD
- 2026: 775.876 USD
- Variação: +8.041 USD (+1,0%)

Apesar do aumento ser modesto, demonstra manutenção do nível operacional da SECOMS, assegurando:

- Continuidade das despesas com comunicações, transportes e manutenção;
- Sustentação de atividades administrativas e de divulgação pública.

Transferências Públicas

- 2025: 2.751.440 USD
- 2026: 2.951.440 USD
- Variação: +200.000 USD (+7,3%)

Este aumento destina-se, possivelmente, a reforçar o apoio às entidades públicas e sem fins lucrativos, nomeadamente:



- RTTL - Rádio e Televisão de Timor-Leste;
- Agência TATOLI e outros meios de comunicação comunitários.

Capital de Desenvolvimento

- 2025: 900.000 USD
- 2026: 675.000 USD
- Variação: -225.000 USD (-25,0%)

A redução pode indicar menor investimento em novos projetos de infraestrutura e equipamentos, refletindo:

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Ano	Orçamento Total (USD)	Diferença \$	Variação %
2025	1,290,425	—	—
2026	955,996	-334,429	-25,9%

O programa sofre uma redução significativa, centrada sobretudo nas atividades administrativas e de gestão. O decréscimo indica ajustes internos e contenção de custos operacionais, embora se mantenha a prioridade nos recursos humanos (751,701 USD), que continuam a representar quase 80% do programa.

Comparação das atividades principais

Atividade	2025	2026	Diferença \$	Variação %
Gestão de Recursos Humanos	1,026,430	751,701	-274,729	-26,8%



Gestão Financeira, Administração e Logística	115,200	105,757	-9,443	-8,2%
Formação e Capacitação de Recursos Humanos	3,450	37,080	+33,630	+974%
Gestão de Património	24,000	25,962	+1,962	+8,2%
Planeamento, Monitorização e Estatísticas	10,500	8,800	-1,700	-16,2%
Aprovisionamento e Gestão de Contratos	9,700	4,196	-5,504	-56,7%
Promover a Cooperação	101,145	22,500	-78,645	-77,8%

Apesar da redução geral, há um reforço positivo na formação e capacitação do pessoal, demonstrando uma aposta na profissionalização interna.

Programa A33 – Desenvolvimento do Setor da Comunicação Social

Ano	Orçamento Total (USD)	Diferença \$	Variação %
2025	4,536,460	—	—
2026	4,452,858	-83,602	-1,84%

O Programa A33 mantém-se como o núcleo principal de investimento da SECOMS, representando cerca de 80% do orçamento total em ambos os anos. Apesar da ligeira redução de 1,8%, o valor elevado destinado a este programa demonstra



a continuidade do compromisso com o fortalecimento dos meios de comunicação social, com foco em:

- Apoios financeiros aos órgãos públicos e privados de comunicação;
- Formação e capacitação de profissionais;
- Apoio à produção de conteúdos e campanhas informativas;
- Promoção da comunicação plural e responsável.

Subprograma A3301 — Legislação, Regulamentação e Regulação

| 2025 | 365,809 USD |

| 2026 | 335,792 USD |

| Diferença: -30,017 USD (-8,2%) |

O investimento continua elevado, o que demonstra a continuidade do esforço de revisão e socialização do enquadramento legal.

Subprograma A3302 — Diversificar e Fortalecer os Meios de Comunicação Social

	2025		1,324,190	USD	
	2026		1,080,340	USD	
	Diferença:	-243,850	USD	(-18,4%)	

Redução relevante, sobretudo no projeto de instalação da Televisão Digital Terrestre, que passou de 900.000 USD em 2025 para 675.000 USD em 2026 (-25%). Apesar disso, mantêm-se os apoios às rádios comunitárias (233,180 USD) e à rede de centros de informação nos sucros (37,000 USD), o que reforça o compromisso com a inclusão comunicacional nas comunidades locais.

Subprograma A3303 — Capacitação dos Jornalistas e Fortalecimento da Coesão Social

	2025		474,211	USD	
	2026		257,318	USD	
	Diferença:	-216,893	USD	(-45,7%)	

Este é um dos cortes mais expressivos do orçamento de 2026. A formação especializada de jornalistas desce de 361,861 USD para 152,182 USD (-57,9%), embora algumas



atividades novas, como a promoção da inclusão e literacia mediática, se mantenham. Esta redução pode comprometer os programas de capacitação e intercâmbio, essenciais para o fortalecimento da imprensa nacional.

Subprograma A3304 — Superintendência e Tutela dos Órgãos de Comunicação Social do Estado

	2025		2,372,250	USD	
	2026		2,779,408	USD	
	Diferença:	+407,158	USD	(+17,2%)	

Este é o único subprograma com aumento significativo, refletindo o reforço do financiamento à RTTL, TATOLI e Rádio Metro FM. O aumento de mais de 400 mil USD demonstra o empenho do Governo em garantir a sustentabilidade dos meios públicos de comunicação e melhorar a qualidade do serviço de radiodifusão e televisão nacional.

Programa A37 - Desenvolvimento de um Sistema de Comunicação Institucional

Ano	Orçamento Total (USD)	Diferença \$	Variação %
2025	211,650	—	—
2026	185,600	-26,050	-12,3%

O orçamento deste programa, embora modesto, sofre também redução de 12,3%. Trata-se de uma área essencial para a modernização do sistema de comunicação governamental, assegurando coerência nas mensagens públicas e maior transparência entre Governo e cidadãos.

As atividades de produção de informação (150,838 USD) e comunicação interna (12,502 USD) permanecem importantes para a transparência e coesão institucional.

Variações

Programa	2025	2026	Diferença	%
----------	------	------	-----------	---



510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1,290,425	955,996	-334,429	-25,9%
A33 Desenvolvimento do Setor da Comunicação Social	4,536,460	4,452,858	-83,602	-1,84%
A37 Sistema de Comunicação Institucional	211,650	185,600	-26,050	-12,3%
Total	6,038,535	5,594,454	-444,081	-7,35%

1.13. TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste

O orçamento atribuído em 2025 foi de US\$ 667.055, para a implementação de 3 programas.

O orçamento proposto para 2026 é de US\$ 751.548, para a implementação de 2 programas, 3 subprogramas e 9 atividades.

Comparação entre os orçamentos de 2025 e 2026

Ano	Orçamento Total (USD)	Variação Absoluta	Variação %
2025	667,055	-	-
2026	751,548	+84,493	+12,7%

O orçamento global da TATOLI registou um aumento de 12,7% em 2026 face ao exercício anterior, refletindo um ligeiro reforço institucional e operacional. Este crescimento, embora modesto, demonstra o esforço em modernizar os serviços e reforçar as infraestruturas técnicas da agência.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica

Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	533,159	451,126	-82,033	-15,4%
502 Bens e Serviços Correntes	133,896	200,422	+66,526	+49,7%
504 Capital Menor	—	100,000	+100,000	—
Total	667,055	751,548	+84,493	+12,7%

Salários e Vencimentos

- 2025: 533.159 USD
- 2026: 451.126 USD
- Variação: -82.033 USD (-15,4%)

A redução significativa das despesas com pessoal pode estar relacionada com:

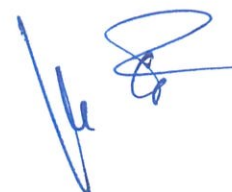
- Reestruturação interna ou não renovação de contratos temporários;
- Racionalização dos recursos humanos, com redistribuição de funções;
- Ausência de novas contratações para reforçar a cobertura jornalística.

Bens e Serviços Correntes

- 2025: 133.896 USD
- 2026: 200.422 USD
- Variação: +66.526 USD (+49,7%)

O aumento quase de 50% demonstra um reforço do orçamento operacional, possivelmente destinado a:

- Melhorar a produção jornalística e cobertura noticiosa;



- Aumentar despesas com transportes, comunicações, manutenção e tecnologia;
- Reforçar a distribuição de notícias em plataformas digitais e multilingues.

Capital Menor

- 2025: —
- 2026: 100.000 USD
- Variação: +100.000 USD (nova rubrica)

A introdução desta rubrica reflete investimento em bens de capital móvel, como:

- Equipamentos audiovisuais (câmaras, microfones, computadores);
- Software de edição e gestão de conteúdos;
- Renovação de material técnico nas redações e delegações regionais.

O orçamento total da TATOLI aumenta 12,7%, passando de 667.055 USD (2025) para 751.548 USD (2026).

Esta evolução revela uma reorientação estratégica dos recursos:

- Menos investimento em salários (-15,4%);
- Mais investimento em operação e tecnologia (+49,7% e nova rubrica de 100.000 USD).

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa 439 – Garantir à Liberdade de Expressão e Acesso à Informação

Ano	Orçamento Total \$	Variação Absoluta	Variação %
2025	397,162	-	-
2026	453,737	+56,575	+14,24%

Verifica-se um aumento de 14,24% neste programa, destacando-se a introdução de novas atividades e reforço de rubricas já existentes:



- A nova Atividade 4390902 – Garante Facilidade no Ekipamento Servisu Adekuadu no Modernu, com USD 100,000, indica um investimento em modernização de equipamentos e melhoria de infraestruturas técnicas.
- A Atividade 4390903 (Redação e Expansão de Conteúdos) também aumentou, sinalizando reforço editorial e de produção noticiosa.

Contudo, a despesa com parcerias (Atividade 4390904) mantém-se modesta (USD 14,930), o que pode limitar a capacidade da agência para cooperação internacional e formação técnica com outros meios de comunicação.

Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

Ano	Orçamento Total \$	Variação Absoluta	Variação %
2025	269,893	-	-
2026	297,811	+27,918	+10,34%

Há um aumento moderado de 10,34%, direcionado para reforçar a gestão financeira e de recursos humanos. Nota-se também a manutenção das atividades estruturantes:

- A Atividade 5100206 (Gestão de Recursos Humanos) mantém-se como uma das rubricas principais (USD 189,630).
- A Atividade 5100211 (Aprovisionamento e Gestão de Contratos) apresenta aumento (USD 55,353 em 2026 face a USD 18,574 em 2025), o que demonstra maior enfoque em processos administrativos e contratuais.

O reforço geral do Programa 510 indica uma aposta no fortalecimento institucional e melhoria dos mecanismos de gestão interna.

1.14. Conselho de Imprensa

O orçamento atribuído em 2025 foi de US\$ 804.523, para a implementação de 2 programas, 7 subprogramas e 26 atividades.

O orçamento proposto para 2026 é de US\$ 853.081, para a implementação de 2 programas, 7 subprogramas e 25 atividades.

Análise comparativa do orçamento por classificação económica



Categoria	2025	2026	Diferença \$	Variação %
501 Salários e Vencimentos	459.427	404.759	-54.668	-11,9%
502 Bens e Serviços Correntes	331.096	448.322	+117.226	+35,4%
504 Capital Menor	50.000	0	-50.000	-100%
Total	840.523	853.081	+12.558	+1,5%

Salários e Vencimentos

A redução de 11,9% (de 459.427 USD para 404.759 USD) indica uma contenção de custos com pessoal. Esta diminuição pode estar associada à reorganização interna dos recursos humanos, à não substituição de funcionários que terminaram contratos ou a uma melhor racionalização das funções existentes. Apesar da redução, é importante garantir que o quadro de pessoal continue a assegurar o normal funcionamento da instituição.

Bens e Serviços Correntes

Verifica-se um aumento expressivo de 35,4%, refletindo uma aposta no reforço das atividades operacionais e técnicas. As rubricas de serviços profissionais (consultorias e auditorias), ajudas de custo, comunicações e transportes absorvem grande parte deste crescimento.

Este aumento traduz o reforço da capacidade institucional e do desempenho funcional, essencial para garantir o acompanhamento, fiscalização e promoção da liberdade de imprensa.

Capital Menor

A rubrica desaparece completamente em 2026, com uma redução de 100% (de 50.000 USD para zero). Esta decisão sugere que os equipamentos e bens de capital já foram adquiridos nos anos anteriores, não se prevendo novas compras significativas.



O foco passa assim da aquisição de equipamentos para a melhoria dos serviços e do funcionamento corrente.

Análise comparativa do orçamento por programa

Programa	2025	2026	Diferença \$	Variação %
439 Garantir a Liberdade de Expressão e Acesso à Informação	355.525	364.950	+9.425	+2,6%
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	484.998	488.131	+3.133	+0,6%
Total	840.523	853.081	+12.558	+1,5%

 Programa 439 – Garantir a Liberdade de Expressão e Acesso à Informação

- Orçamento total 2025: 355.525 USD
- Orçamento total 2026: 364.950 USD
- Variação: +2,6%

O aumento reflete uma reorientação estratégica. O subprograma 43904 – Desenvolvimento de Competência Profissional, Técnica e Intelectual dos Jornalistas mais do que duplica o seu orçamento (de 84.999 USD para 164.039 USD), mostrando um forte investimento na qualificação e profissionalização da imprensa.

Em contrapartida, o subprograma 43901 – Estudos para o Desenvolvimento da Comunicação Social sofre uma redução expressiva de 63% (de 74.283 USD para 27.928 USD), o que pode comprometer a capacidade de recolha de dados, atualização e análise sobre o setor.



Também se verifica redução nas áreas de supervisão e enquadramento legal (subprograma 43910), que cai de 32.033 USD para 20.490 USD. Esta diminuição pode limitar o acompanhamento do cumprimento das normas jornalísticas e legais, essenciais para a integridade do setor.

O subprograma 43912 – Fortalecer a Gestão Institucional e o Serviço de Advocacia da Mídia mantém uma dotação significativa (137.530 USD), embora ligeiramente inferior ao ano anterior (142.362 USD), assegurando a continuidade de programas de diálogo, literacia mediática e defesa da liberdade de imprensa.

Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional

- Orçamento total 2025: 484.998 USD
- Orçamento total 2026: 488.131 USD
- Variação: +0,6%

O orçamento mantém-se praticamente estável, com pequenas variações internas. A maior alteração verifica-se no subprograma 51002 – Desenvolvimento Institucional, que passa de 391.121 USD para 401.816 USD, reforçando a capacidade administrativa e logística da instituição.

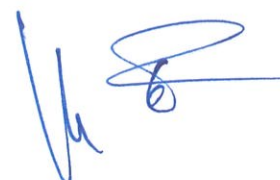
A atividade de Formação e Capacitação de Recursos Humanos cresce fortemente — de 33.991 USD em 2025 para 103.586 USD em 2026 — o que representa uma triplicação do investimento na qualificação do pessoal interno.

Este aumento é um sinal positivo de fortalecimento da capacidade técnica e de gestão do Conselho.

2. Audiências públicas

A Comissão realizou audiências públicas com os órgãos e serviços ligados às áreas da sua competência, nas quais se procedeu à apresentação da execução do Orçamento Geral do Estado de 2025, bem como da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2026.

Estas audiências públicas tiveram lugar entre os dias 17 e 23 de outubro de acordo com o seguinte calendário:



Data	Hora	Entidade	Comissão	Local
17/10/2025	14h00	- Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico - Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	E e G	Sala de conferências
20/10/2025	09h00	- Secretaria de Estado da Comunicação Social - TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste, I.P. - RTTL - Rádio e Televisão de Timor-Leste, E.P. - Conselho de Imprensa	Comissão G	Sala do Edifício do Ex-Ministério das Finanças
	14h00	- Ministério da Administração Estatal - Autoridades Municipais	Comissão C e G	Sala do Plenário
21/10/2025	09h00	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura	Comissão G	Sala do Edifício do Ex-Ministério das Finanças
	14h00	Universidade Nacional de Timor Lorosa'e		
	16h00	Instituto Politécnico de Betano		
22/10/2025	09h00	- Ministério da Educação - Secretaria de Estado do Ensino Secundário Geral e Ensino Secundário Técnico-Vocacional	Comissão G	Sala do Edifício do Ex-Ministério das Finanças
	14h00	Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica, I.P.		

	16h00	▪ Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia		
23/10/2025	09h00	▪ Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno	Comissão C e G	Sala do Plenário
	14h00	▪ Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura ▪ Secretaria de Estado da Arte e Cultura	Comissão G	Sala do Edifício do Ex-Ministério das Finanças

Estas audiências públicas permitiram, por um lado, aos referidos órgãos e serviços justificar as verbas previstas para os programas, subprogramas e atividades propostos para 2026 e, por outro lado, à Comissão formular comentários e sugestões, bem como obter esclarecimentos a questões suscitadas no âmbito da análise orçamental efetuada.

Relata-se o seguinte:

2.1. Ministério da Educação

- a) Qual é o motivo do aumento do orçamento das transferências correntes para o exterior?

Resposta: O aumento do orçamento das transferências correntes corresponde ao pagamento de quotas em organizações internacionais das quais Timor-Leste é membro.

- b) Qual é o motivo da redução do orçamento previsto para o ensino recorrente?

Resposta: O orçamento do ensino recorrente será alocado para 19 centros comunitários de aprendizagem.

- c) Quais são os mecanismos de resolução das situações de abandono escolar?

Resposta: Um dos mecanismos é o ensino recorrente. Embora ainda não haja um estudo específico sobre o fenómeno de abandono escolar, os números relatam 150 jovens a frequentar atualmente o ensino recorrente nos centros comunitários de aprendizagem e outros em formação em empreendedorismo. Ou seja, o programa

de equivalência do ensino básico e os programas de formação em competências para a vida dirigidos a jovens têm dado resposta a estas situações, tendo o Ministério proporcionado, desde 2023, formação a mais de 1.500 jovens nos referidos centros existentes em todos os municípios.

- d) Qual é o impacto do processo de reforma obrigatória e dos casos de professores em situação de doença prolongada? E, como irá o Ministério da Educação dar resposta a estas duas situações?

Resposta: Há uma reserva de professores da bolsa de candidatos (1.000 pessoas) para substituição dos professores em processo de reforma obrigatória (1.596 pessoas, das quais 50 pertencem ao regime geral). O Ministério da Educação está também a cooperar com o Instituto Nacional da Segurança Social e a Comissão da Função Pública para verificar em terreno as situações de doença prolongada de 250 professores e sua eventual substituição por professores da bolsa de candidatos.

- e) Qual é o estado de execução do orçamento alocado para a construção do edifício do Ministério da Educação?

Resposta: Há uma cooperação interministerial em curso entre o Ministério da Educação, o Ministério das Obras Públicas e a Agência de Desenvolvimento Nacional para a execução do projeto de construção, tendo surgido problemas técnicos na verificação dos desenhos e da lista de quantidades.

- f) Quais são as medidas tomadas pelo Ministério da Educação para dar resposta às condições precárias dos professores da bolsa de candidatos?

Resposta: A colocação de professores da bolsa de candidatos é feita com base no resultado das provas de acesso, nos critérios de alocação definidos e no quadro de pessoal docente, sendo garantidas as condições necessárias para o exercício da profissão através da atribuição dos subsídios previstos na lei. É preocupação do Ministério a questão relativa ao alojamento dos novos professores, contudo, a prioridade mais urgente é a construção de salas de aula, tendo em conta as limitações do orçamento atual.

- g) Quais são os mecanismos de implementação da política de educação inclusiva, nomeadamente para a prevenção de casos de assédio sexual?

Resposta: Os números registam 2.460 cidadãos portadores de deficiência com acesso ao ensino formal. Uma das medidas em curso é a revisão do desenho das



infraestruturas escolares no sentido de se criarem apenas salas abertas para a direção e administração das escolas, bem como de construção dos muros de proteção, que garanta transparência e visibilidade das atividades escolares.

- h) Há possibilidade de se proceder a uma avaliação das escolas paralelas para sua eventual transformação em escolas básicas centrais?

Resposta: Há uma gestão em curso do estabelecimento de escolas paralelas, devendo estas preencher os requisitos legais para a sua transformação em escolas básicas centrais e filiais. A designação de uma escola central deve ser feita com base num mapeamento e numa análise profunda, incluindo critérios como o número de crianças em idade escolar dentro da área geográfica. O agrupamento de escolas deve ser gerido de forma eficiente, garantindo melhor aproveitamento dos recursos e reduzindo os custos desnecessários.

- i) O que pensa fazer o Ministério da Educação em relação aos antigos professores que não preenchem as exigências legais em termos de habilitação literária mínima? Há algum tipo de reconhecimento/condecoração dos professores em processo de reforma obrigatória?

Resposta: O Ministério da Educação irá trabalhar em conjunto com a Comissão da Função Pública para resolver esta questão e identificar uma solução adequada.

- j) O que o Ministério da Educação tem feito em relação às escolas internacionais?

Resposta: É competência do Ministério da Educação verificar o preenchimento dos critérios legais para a abertura de escolas e emitir o respetivo licenciamento. Contudo, tem-se verificado que algumas escolas designadas internacionais não possuem acreditação válida de instituições relevantes no estrangeiro, não cumprem os requisitos mínimos quanto à inclusão da história nacional e das línguas oficiais de Timor-Leste nos seus currículos, nem dispõem de instalações físicas adequadas. Como tal, as suas licenças operacionais podem ser revogadas, tendo o Ministério estendido o prazo de submissão de toda a documentação necessária até ao final de 2025.

- k) Como lida o Ministério da Educação com a falta de domínio da língua portuguesa e na área das matemáticas?

Resposta: Uma das medidas é a de criar grupos de disciplina para permitir o ensino de várias disciplinas por professor, apesar de os estudos comprovarem desafios no ensino e aprendizagem, sobretudo, na disciplina de matemática.



-
- l) Que detalhes existem dos projetos de construção? Qual é o número de escolas e de salas de aula em construção e planeadas?

Resposta: Está em implementação um programa de construção de 1.500 salas de aula por ano, tendo sido registado, até à data, a construção de 517 salas de aula. A construção de algumas escolas é financiada pelo orçamento do Estado, enquanto que outras beneficiam de fundos de parceiros de desenvolvimento. Quanto às escolas CAFE, estão a ser aplicados novos processos de aprovisionamento que retardaram a sua construção.

- m) Quais são os resultados da pesquisa levada a cabo pelo Comité Orientador 25, bem como de outras atividades, incluindo da última visita a Moçambique?

Resposta: O Comité Orientador 25 foi criado com o objetivo de promover a pesquisa e a compilação de dados em livro sobre a participação da juventude no processo de luta pela independência nacional. Até à data já foram feitas várias pesquisas e elaborado um primeiro volume a ser lançado ainda no presente ano e instaladas uma biblioteca e um estúdio audiovisual.

- n) Qual é o orçamento atual do Comité Orientador 25?

Resposta: O orçamento alocado em 2025 é de US\$ 250.000, tendo sido aprovado, por proposta dos deputados, um adicional no montante de US\$ 250.000, o que perfaz um total de US\$ 500.000.

2.2. Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura

- a) Qual é o ponto de situação da implementação das subvenções públicas? E, qual é o seu impacto na redução das propinas a pagar pelos estudantes?

Resposta: As subvenções públicas destinam-se a diversas áreas, incluindo infraestruturas, formação de professores e apoio aos estudantes. No ano anterior, foi atribuída uma verba de US\$ 25.000.000 às universidades privadas para garantir um maior acesso ao ensino superior, particularmente através da redução do valor das propinas. Contudo, algumas universidades continuam a cobrar valores elevados, não cumprindo, dessa forma, o objetivo da atribuição da subvenção pública.

- b) Qual é o motivo para a conclusão de cursos de licenciatura em menos de 4 anos?

Resposta: As universidades oferecem cursos de licenciatura tanto com a duração de 8 como de 6 semestres.



-
- c) Qual é o ponto de situação do estabelecimento da escola raiz?

Resposta: A escola de raiz será entregue à Universidade Católica Timorense para dar continuidade ao programa educativo.

- d) Qual é o mecanismo de acesso ao ensino superior? E, qual é o impacto dos regimes especiais na qualidade do ensino?

Resposta: O regime especial para filhos de veteranos já foi revogado, estando, de momento, a serem concedidas bolsas de estudo por iniciativa própria dos veteranos ou através do Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional. O acesso ao ensino superior faz-se através do resultado dos exames nacionais.

- e) Qual é a situação dos adidos colocados nas representações diplomáticas no estrangeiro e o âmbito de cobertura dos serviços a prestar?

Resposta: A colocação de adidos faz-se por nomeação política e não por mérito ou capacidade profissional e conforme necessidades.

2.3. Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica

- a) Qual é o motivo da redução do orçamento previsto para a categoria de Salários e Vencimentos? E se tal redução equivale a uma possível redução de pessoal?

Resposta: A redução do orçamento previsto para a categoria de Salários e Vencimentos resulta da transferência desse orçamento para a categoria de Capital de Desenvolvimento.

- b) Quais são as receitas da ANAAA?

Resposta: As receitas da ANAAA resultam dos processos de acreditação e avaliação, porém, até ao momento, ainda não foram cobradas quaisquer taxas, sendo aqueles financiados pelo OGE.

- c) Qual é o estatuto do pólo da UNPAZ na RAEOA?

Resposta: É competência do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura o licenciamento dos estabelecimentos de ensino superior e a definição dos padrões curriculares nacionais, cabendo apenas à ANAAA a sua acreditação e avaliação.

2.4. Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia

- a) O que se pretende com o programa de ensino superior?

Resposta: Pretende-se reforçar o papel estratégico e essencial do instituto para o desenvolvimento científico e criar um centro nacional de pesquisa.



-
- b) Quais os detalhes da proposta de orçamento para as atividades de pesquisa e investigação científica?

Resposta: O INCT está de momento a realizar 68 pesquisas que incluem estudos de outras instituições. Os resultados destas pesquisas serão armazenados no Repositório Científico Digital, estando, porém, em falta a atribuição do número de série (INSS).

2.5. Instituto Politécnico de Betano

- a) Qual é o ponto de situação da implementação da Lei de Bases do Ensino Superior, particularmente no que respeita à aplicação dos diferentes níveis de formação – Diploma II e Diploma III?

Resposta: Alinhamento em curso com a Lei de Bases do Ensino Superior, nomeadamente em termos de atualização do currículo, atendendo o instituto passar a poder oferecer cursos técnicos superiores de natureza profissionalizante de bacharelato, licenciatura e mestrado, além dos cursos técnico-profissionais superiores.

- b) Qual é o motivo do aumento do orçamento previsto nas categorias de Salários e Vencimentos e de Bens e Serviços?

Resposta: Há um aumento de 5,6% na categoria de Salários e Vencimentos para pagamento dos salários de 9 docentes em processo de recrutamento e de 23 funcionários casuais contratados para apoio às várias unidades. Há também um aumento de 45,4% na categoria de Bens e Serviços para aquisição de livros (12-35 exemplares - US\$ 34.580) e de material para prática (US\$135.000) e para digitalização do processo de ensino e aprendizagem (US\$ 10.120).

- c) Qual é o número total de estudantes matriculados para efeitos de adequação do orçamento atribuído à IPB?

Resposta: 374 estudantes ativos.

- d) Quantos programas, sub-programas e atividades estão previstos para 2026?

Resposta: A proposta de OGE para 2026 é composta por 2 programas principais - Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Ensino Superior - que se desdobram em 3 sub-programas e 12 atividades, alinhados com as prioridades nacionais e o desenvolvimento académico.



-
- e) Qual é o motivo da redução de 50% no orçamento previsto para pesquisa e investigação científica? Quais as medidas previstas para assegurar a continuidade dos projetos de investigação, considerando a importância da ciência e inovação para o desenvolvimento do ensino superior? E, quais são as principais descobertas, estudos ou publicações científicas produzidas até ao momento?

Resposta: No âmbito da investigação científica, há uma série de resultados relevantes, sendo uma das descobertas mais significativas a identificação de contaminação por formalina (formalin) em produtos alimentares importados, o que teve impacto na vigilância sanitária e política de segurança alimentar. Além disto, temos investigações aplicadas na área da agricultura, com foco nos efeitos das alterações climáticas e na necessidade de desenvolver novos materiais e tecnologias agrícolas. Estas pesquisas visam, sobretudo, contribuir para o funcionamento da resiliência do setor agrícola nacional.

- f) Quanto à implementação do currículo no IPB, quais as metodologias de ensino utilizadas?

Resposta: O IPB está a adotar atualmente o currículo europeu de ECTS, ou seja, o sistema de transferência e acumulação de créditos ligado a metodologias de ensino centradas no aluno e em resultados da aprendizagem. Este currículo está também orientado para as ciências aplicadas, reforçando-se as componentes prática e técnica dos cursos.

- g) Quais as atividades extracurriculares desenvolvidas pelo IPB?

Resposta: São atividades extracurriculares os concursos entre estudantes a nível nacional e no estrangeiro, as exposições, os seminários científicos, as atividades desportivas, sociais e comunitárias (formação comunitária na área da agricultura e produção animal), entre outras.

- h) Quanto ao aumento adicional do orçamento, a que pilar ou área prioritária se destina esta alocação orçamental?

Resposta: A proposta adicional no montante de US\$ 197.400 (US\$ 50.100 para a categoria de Bens e Serviços e US\$ 147.300 para a categoria de Capital Menor) é para a aquisição de equipamentos de informática e de outros materiais práticos, a aquisição de um veículo apropriado para transporte dos estudantes para os locais de estágio ou para outras atividades e a aquisição de mobiliário para os novos docentes (através do Instituto de Bambu Timor-Leste).



-
- i) Qual é o motivo do aumento de 70% no programa Gestão Institucional e Boa Governança?

Resposta: Um dos motivos é a previsão da instalação de uma gráfica para facilitar a impressão de materiais, manuais e outros (US\$ 131.951), além da aquisição de livros (1.235) e do reforço no desenvolvimento de um sistema digital de transparência (US\$ 10.120).

- j) Quais são as vantagens e desvantagens para o IPB decorrentes da implementação da Lei de Bases do Ensino Superior?

Resposta: Esta lei permite a atribuição de Diploma III para os estudantes ativos, bem como o reingresso de estudantes graduados em Diploma 2 para elevar o seu grau académico. A sua implementação exige o recrutamento de novos docentes em resultado das mudanças curriculares, o alargamento de unidades operacionais e a necessidade de contratação de pessoal técnico.

- k) Quantos estudantes do IPB irão graduar-se em 2025?

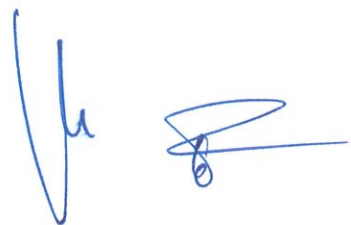
Resposta: 92 estudantes em fase de conclusão do curso para obtenção de Diploma 2 e de Diploma 3. 111 estudantes graduados recentemente, dos quais 62 do curso de produção animal e 49 do curso de construção civil.

- l) Qual é a situação atual dos formados do IPB?

Resposta: Os estágios promovidos pelo IPB em centros de formação profissional e em empresas resultam, na maioria dos casos, num aproveitamento dos recursos humanos produzidos pela instituição.

- m) Qual é o ponto de situação da construção do novo edifício do IPB? E do processo de transformação de instituto politécnico para instituto superior técnico?

Resposta: Segundo a informação obtida pelo IPB, o projeto de construção, sob a supervisão do Ministério das Obras Públicas, está dividido em duas fases: uma primeira fase de construção por uma empresa chinesa que foi concluída em novembro de 2024 e uma segunda fase que se encontra em processo de aprovisionamento pela Comissão Nacional de Aprovisionamento com término em 2027. Prevê-se, ainda, a criação de escolas superiores técnicas em Los Palos (turismo e hotelaria), Manatuto (pescas), Ermera (produtos agrícolas, com foco no café) e Suai (engenharia civil).



2.6. Universidade Nacional de Timor Lorosa'e

- a) Qual é o motivo da falta de orçamento na categoria de Capital Menor? E qual é o seu impacto no funcionamento e desenvolvimento das atividades da UNTL?

Resposta: Houve uma previsão de orçamento na categoria de Capital Menor, porém não discutido em fase de revisão orçamental.

- b) Quantos cursos estão acreditados?

Resposta: 44 cursos acreditados, dos quais 2 com a categoria A, demonstrando progressos na qualidade académica e no cumprimento dos critérios de acreditação nacional. Prevê-se ainda a abertura de novos cursos em áreas consideradas importantes, tais como o curso de história.

- c) Qual é o estado atual das infraestruturas da UNTL?

Resposta: Há falta de capacidade a nível de infraestruturas para acolher um número de estudantes superior ao número de vagas proposto pela UNTL, em que o número de professores por departamento deveria ser entre um mínimo de 12 e um máximo de 50.

- d) Qual é o motivo do orçamento elevado da categoria de Salários e Vencimentos em relação a outras categorias?

Resposta: Esta categoria tem um orçamento mais elevado, embora com uma redução significativa em relação ao ano anterior, para dar resposta ao número de pessoal administrativo, técnico e de ensino necessário para o funcionamento da instituição.

- e) Qual é o ponto de situação da integração da digitalização na área da administração, incluindo a instalação de uma biblioteca on-line?

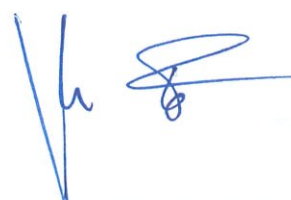
Resposta: O processo de digitalização está em curso e com a possibilidade de instalação de uma biblioteca digital.

- f) Qual é o valor do retorno financeiro da contribuição dos estudantes para o cofre do Estado?

Resposta: O retorno é reduzido.

- g) Qual é o motivo do pedido de orçamento adicional? E se este pedido foi apresentado ou não ao Comité de Revisão Orçamental?

Resposta: O pedido de orçamento adicional destina-se ao pagamento dos salários dos professores contratados, tendo sido apresentado ao Comité de Revisão Orçamental.



-
- h) Qual é o número de docentes permanentes? E qual é o motivo da contratação de docentes externos, em vez da opção de abertura de vagas para o regime de carreiras?

Resposta: Há 415 professores permanentes, 60 professores contratados, 14 docentes convidados internacionais e 95 docentes convidados nacionais. A falta de recrutamento de novos professores deve-se, sobretudo, à falta de autorização do Governo/CFP. Como tal, torna-se necessário garantir uma certa autonomia à UNTL para recrutamento de professores permanentes para evitar a permanente contratação externa.

- i) São as receitas da UNTL suficientes para a cobertura das despesas, nomeadamente o montante das propinas dos estudantes?

Resposta: As receitas da UNTL são de US\$ 1.196.471,52, provenientes das propinas, da gráfica da UNTL, do Instituto Nacional de Linguística e do arrendamento de espaços para realização de atividades, bem como para instalação de equipamentos de telecomunicação, etc. Contudo, estas não são suficientes para cobrir todas as despesas da instituição.

- j) Quais são as medidas tomadas pela UNTL em relação à suspeita de casos de assédio sexual?

Resposta: Por falta de queixa formal, procedeu-se, apenas, à aplicação de medida de suspensão do professor suspeito e encaminhamento do procedimento disciplinar para a Comissão da Função Pública. Contudo, a UNTL já havia tomado outras medidas, tais como a emissão de circular relativo à tolerância zero para condutas de assédio a estudantes e a implementação de um programa de sensibilização para assuntos relacionados com a igualdade de género - iniciativa *Campus Seguro*, incluindo a instalação de um gabinete de acompanhamento.

- k) Terão tido os casos de assédio sexual impacto no orçamento da UNTL, atendendo à redução em 2026 em contraponto ao aumento em 2025 do orçamento previsto para a categoria de Salários e Vencimentos?

Resposta: Não.

- l) Qual é o ponto de situação dos trabalhos de pesquisa e investigação científica após a redução do respetivo orçamento para 2026?

Resposta: Os trabalhos científicos continuam a ser publicados nas revistas organizadas pelas várias faculdades.



2.7. Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

- a) Qual é o número de estudantes beneficiários das bolsas de estudo concedidas pelo FDCH no território nacional e no estrangeiro?

Resposta: 5.075 estudantes bolseiros em Timor-Leste e 7.056 estudantes bolseiros no estrangeiro (em 32 países).

- b) Quais são as razões do atraso do pagamento das bolsas de estudo, nomeadamente dos bolseiros que se encontram a estudar na Indonésia? E quais as medidas concretas tomadas para garantir o pagamento atempado das bolsas de estudo?

Resposta: Uma das razões é o atraso no envio das notas por parte dos estudantes bolseiros, tendo sido dadas orientações ao Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano para corrigir eventuais atrasos no pagamento das bolsas de estudo, nomeadamente para coordenar com as instituições de ensino e os estudantes bolseiros o envio atempado das notas, ou seja, melhorar a linha de coordenação entre os beneficiários, a gestão do fundo e o Ministério das Finanças.

- c) Qual é a razão do aumento do orçamento para o programa de bolsas de estudo? Um novo acordo bilateral com alguma universidade estrangeira?

Resposta: A razão principal é a atribuição de 1.437 bolsas de estudo novas, que acrescem às 4.452 bolsas existentes, de entre elas, 765 bolsas de Diploma 3, 3.667 bolsas de Licenciatura, 219 bolsas de Mestrado e 81 bolsas de Doutoramento.

- d) Qual é a finalidade da presença de adidos de educação em países estrangeiros?

Resposta: A colocação de adidos nos países onde se encontram os estudantes bolseiros timorenses reveste-se de enorme importância para apoio e acompanhamento dos seus estudos.

- e) Há algum plano de ajuste ou aumento do valor das bolsas de estudo no estrangeiro para dar resposta ao aumento do custo de vida de cada país onde os estudantes bolseiros se encontrem?

Resposta: Não existe ainda nenhum plano nesse sentido, porém, há necessidade de se realizar um estudo que identifique a possibilidade de aumentar ou não o valor das bolsas de estudo, cabendo, posteriormente, ao Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano a decisão de um eventual aumento. Relembra-se que, no ano anterior, já se teria procedido a um aumento do valor das bolsas de estudo de acordo com o custo de vida de cada um



dos países, fixando-se para Portugal o valor de US\$ 1.000, para Cuba US\$ 900, para Brasil US\$ 700, para a Malásia US\$ 600 e para a Indonésia US\$ 450.

- f) Qual é a razão da falta de resposta do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano ao pedido de apoio financeiro para elaboração de trabalho científico (monografia) para finalização do curso?

Resposta: O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano atribui três tipos de bolsas de estudo: uma bolsa integral ou de mérito, uma bolsa parcial ou de custo de vida e uma bolsa para graduação ou de elaboração de trabalho final do curso. Esta última deve ser diretamente solicitada ao Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano mediante proposta do interessado.

- g) Como avançar com a execução dos projetos de construção de escolas financiados pelo Fundo de Infraestruturas?

Resposta: Sugere-se pro-atividade dos serviços para implementação dos projetos de construção de escolas.

- h) Como funciona o Fiscal Único como órgão de fiscalização e controlo do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano e quais os seus resultados até à data?

Resposta: Não existe ainda um Fiscal Único, devendo, porém, ser nomeado para cumprimento do regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano.

2.8. Ministério da Administração Estatal e Autoridades Municipais

- a) Há coordenação entre o Ministério da Administração Estatal e o Ministério da Educação no que se relaciona com a construção de escolas?

Resposta: Qualquer coordenação se faz a nível dos municípios, através dos serviços municipais.

- b) Qual é o motivo da execução tardia do programa de merenda escolar?

Resposta: O atraso na execução do programa de merenda escolar deve-se ao facto de o Conselho das Assembleias Municipais se reunirem apenas no final do primeiro trimestre para aprovação do pagamento dos subsídios.

- c) Há coordenação entre o Ministério da Administração Estatal, os municípios, o Ministério da Educação e o Ministério das Finanças na implementação do programa de merenda escolar?

Resposta: A coordenação, sobretudo, entre o Ministério da Administração Estatal e o Ministério da Educação é feita através dos serviços municipais da educação sob



tutela das autoridades municipais. A execução do programa de merenda escolar é supervisionada pelas autoridades municipais, com exceção da RAEOA que continua a ter a supervisão do Ministério da Administração Estatal. A supervisão é também feita pelo Ministério da Educação através dos inspetores escolares.

- d) Qual é a forma de garantir quantidade e qualidade dos produtos locais para confeção da merenda escolar?

Resposta: Uma das formas é a organização das comunidades para fornecimento dos produtos necessários para a confeção da merenda escolar.

- e) Qual é o ponto de situação da implementação do programa de recolha de lixo nos locais públicos?

Resposta: Atualmente, há falta de um sistema de recolha de lixo nos locais públicos.

2.9. Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno

- a) Qual é o motivo do aumento do orçamento previsto para o setor da educação?

Resposta: A Educação e a Saúde são áreas estratégicas para garantir desenvolvimento inclusivo e sustentável, destacando-se o reforço da formação de professores em coordenação com o Ministério da Educação e a melhoria do programa de merenda escolar, a fim de assegurar uma alimentação nutritiva e de qualidade para os estudantes na região.

2.10. Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura

- a) Qual é o motivo do aumento significativo do orçamento para 2026, embora com reduções em determinadas categorias?

Resposta: É a previsão da construção de dois centros culturais - um, em Lospalos, e outro, em Baucau.

- b) Qual é o ponto de situação do projeto de construção do novo estádio municipal de Díli?

Resposta: O projeto de construção não é apenas do novo estádio, mas de um campo desportivo. Este projeto é da iniciativa da Federação de Futebol de Timor-Leste, tendo o Governo disponibilizado apenas o terreno.

- c) Por que razão não está previsto um orçamento para o Conselho Nacional da Juventude?



Resposta: Há um orçamento de US\$ 35.000 a alocar para o Conselho Nacional da Juventude que está sob a gestão direta do Gabinete do Ministro, devido a problemas nos relatórios financeiros, tendo os fundos adicionais sido atribuídos parcialmente.

- d) Qual é a execução orçamental e os resultados dos programas de apoio à juventude?

Resposta: Relativamente ao apoio à juventude, os principais parceiros são os centros de juventude que existem em quase todos os municípios. Estes centros promovem formação para os jovens em língüística como o inglês, em informática, etc. Cada centro de juventude recebe um apoio no valor de US\$ 8.000, distribuído em parcelas.

- e) Qual é o ponto de situação do projeto de reabilitação das instalações da Secretaria de Estado de Arte e Cultura?

Resposta: O edifício já está totalmente concluído e, neste momento, encontra-se em pleno funcionamento.

- f) Qual é o motivo da redução do orçamento da categoria de Salários e Vencimentos?

Resposta: Há 130 funcionários públicos permanentes que são apoiados por funcionários casuais, com salários mínimos de US\$ 125. A remuneração dos funcionários casuais é de acordo com a respetiva categoria.

2.11. Secretaria de Estado da Comunicação Social, RTTL - Rádio e Televisão de Timor-Leste, TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste, Conselho de Imprensa

- a) Qual é a razão da redução do orçamento proposto para a categoria de Salários e Vencimentos? E se esta redução implica uma eventual diminuição da força de trabalho?

Resposta: A redução reflete uma orientação política do Governo na fase de revisão orçamental.

- b) Quais são as receitas da RTTL para cobertura das despesas?

Resposta: A RTTL dispõe de dois tipos de receitas: as receitas económicas e as receitas sociais (provenientes, sobretudo, da prestação de serviços para cobertura de eventos sociais).

- c) Qual é o mecanismo de regulação e de controlo dos órgãos de comunicação social?

Resposta: O Conselho de Imprensa é a entidade que controla o registo dos órgãos de comunicação social e dos jornalistas, bem como das notícias produzidas. Além disto, realiza ações de formação para jornalistas e estudantes, garante a

implementação de regras e normas de conduta jornalística e procede à atribuição da carteira profissional aos estudantes que concluíram a formação na área de jornalismo (103 carteiras profissionais atribuídas até à data).

- d) Qual é o plano e o ponto de situação da implementação do projeto de governação eletrónica?

Resposta: O projeto de governação eletrónica é da responsabilidade da TIC Timor.

- e) Como se pretende tratar a questão da redução do orçamento proposto para a categoria de Salários e Vencimentos?

Resposta: Uma das soluções é a de reduzir o número de funcionários e/ou técnicos contratados em cerca de 50 pessoas ou reduzir os salários existentes.

- f) Qual é a razão da redução do orçamento proposto para a categoria de Capital de Desenvolvimento?

Resposta: A redução relaciona-se com a finalização da construção de três torres de transmissão e a previsão de construção de apenas mais duas torres no ano seguinte.

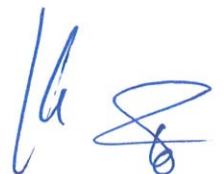
- g) Como se faz o controlo e qual é o estatuto dos oficiais de média e comunicação dos órgãos e serviços do Estado?

Resposta: Os oficiais de média e comunicação pertencem aos órgãos e serviços do Estado e recebem formação adequada para o exercício das suas funções.

IV. CONCLUSÕES

Ministério da Educação

A análise dos orçamentos do Ministério da Educação para os anos de 2025 e 2026 revela um aumento global no investimento, com um reforço de aproximadamente 2,2 milhões USD. Contudo, essa melhoria percentual de 1,9% esconde redistribuições orçamentais significativas entre os programas. Enquanto alguns sectores, como o Ensino Básico e o Ensino Secundário, beneficiam de aumentos orçamentais, outros, como o Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e a Educação Pré-Escolar, enfrentam cortes substanciais. Estes cortes podem comprometer a eficiência administrativa e a expansão de serviços essenciais, especialmente em áreas críticas como a educação infantil e a alfabetização de adultos.



A diminuição do orçamento para o Ensino Recorrente e Educação Comunitária, que sofreu a maior redução percentual, é particularmente preocupante, dado o seu papel vital na promoção da inclusão social e na luta contra o analfabetismo. A redução de recursos pode gerar desigualdades ainda mais acentuadas, especialmente em comunidades rurais e entre grupos vulneráveis.

Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura

A análise dos orçamentos do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura para 2025 e 2026 revela uma diminuição global de 10% no orçamento total, passando de 6.957.923 USD para 6.262.271 USD. Essa redução resulta principalmente da drástica diminuição nas transferências públicas, que caiu de 3 milhões USD para 1,5 milhões USD, o que pode comprometer significativamente o financiamento das universidades e instituições culturais.

Apesar do corte geral, o Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional apresentou um aumento de 21,4%, indicando um foco na melhoria da capacidade administrativa. Em contrapartida, o Programa 524 – Ensino Superior sofreu uma redução acentuada de 23,5%, o que pode impactar negativamente a qualidade do ensino e a sustentabilidade das instituições de ensino superior.

Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Acadêmica

A análise do orçamento da Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Acadêmica para 2025 e 2026 revela uma diminuição significativa de 22,4%, passando de 801.924 USD para 622.310 USD. Esta redução é reflexo de uma reorganização orçamental que, apesar da diminuição global, prioriza áreas específicas como a acreditação e a cooperação institucional.

O corte em salários e vencimentos de 11,3% sugere uma reestruturação interna, enquanto o aumento de 46,8% em bens e serviços correntes indica um esforço para melhorar a eficiência operacional e a qualidade dos serviços prestados. Por outro lado, a drástica redução de 71,4% nas despesas de capital de desenvolvimento pode comprometer futuros investimentos em infraestrutura e equipamentos.



Os programas, embora reduzidos em termos de orçamento, mostram um foco na melhoria da qualidade do ensino superior e na gestão institucional. O aumento significativo na atividade de avaliação do progresso das instituições de ensino superior acreditadas demonstra um compromisso com a qualidade e a transparência.

Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia

A análise do orçamento do Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia para 2025 e 2026 mostra um aumento global de 9,8%, passando de 664.769 USD para 729.841 USD. No entanto, essa melhoria vem acompanhada de uma redistribuição significativa dos recursos, com uma redução de 12,6% no programa de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e um aumento expressivo de 113,4% no programa de Ensino Superior (Ciências e Tecnologia).

Enquanto o investimento em pesquisa e desenvolvimento científico é claramente priorizado, o corte substancial nas verbas para infraestruturas e a eliminação do capital de desenvolvimento levantam preocupações sobre a capacidade do INCT de manter e modernizar suas instalações e equipamentos. A introdução de uma nova rubrica para parcerias e o aumento em apoio jurídico e gestão financeira são passos positivos, mas a redução nos salários e vencimentos pode afetar a moral e a retenção de pessoal.

Instituto Politécnico de Betano

A análise do orçamento do Instituto Politécnico de Betano para os anos de 2025 e 2026 revela um aumento significativo de 19% no total, passando de 1.195.262 USD para 1.422.926 USD. Esse incremento é acompanhado por uma redistribuição dos recursos, com um crescimento notável nos investimentos nas áreas de ensino superior e desenvolvimento institucional.

O Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional apresenta um aumento de 23,7%, refletindo um foco na modernização da gestão administrativa e na eficiência dos serviços. Por outro lado, o Programa 524 – Ensino Superior também se beneficia de um aumento significativo, o que demonstra um compromisso com a melhoria das atividades acadêmicas, pesquisa e extensão comunitária.



O aumento nos salários e vencimentos, assim como a expressiva elevação nos bens e serviços correntes, indicam um esforço para melhorar a operação diária do Instituto. No entanto, a redução nos investimentos em capital menor e a drástica diminuição nos fundos para pesquisa científica podem levantar preocupações sobre a capacidade do Instituto em sustentar suas atividades a longo prazo.

Universidade Nacional de Timor Lorosa'e

A análise do orçamento da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e para 2025 e 2026 revela uma diminuição significativa de 10,7%, com o total passando de 16.757.166 USD para 14.968.716 USD. Esta redução é acompanhada por cortes nos salários e vencimentos, que caem 8,9%, e uma drástica eliminação do capital menor, indicando uma contenção nas despesas. Por outro lado, os bens e serviços correntes, aumentam em 9,6%, o que sugere um esforço para garantir a qualidade dos serviços administrativos e apoio aos estudantes.

Embora o Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional tenha visto um aumento de 4,5%, o Programa 524 – Ensino Superior apresenta um crescimento modesto de apenas 1,5%. A dependência elevada das despesas com pessoal continua a ser uma preocupação, indicando a necessidade de otimização dos recursos para direcionar mais fundos para áreas acadêmicas e de pesquisa. O Programa de Inclusão Social, apesar de manter seu valor, carece de um orçamento mais robusto para implementar ações efetivas de igualdade e inclusão.

Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

A análise do orçamento do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano para 2025 e 2026 revela uma significativa mudança nas prioridades de investimento. Embora o orçamento total tenha aumentado de 18.970.000 USD para 20.610.000 USD, o aumento é em grande parte concentrado no Programa 314 – Bolsas de Estudo, que teve um reforço de 34,5%. Por outro lado, os Programas 304 – Formação Profissional e 313 – Treinamento Técnico foram completamente eliminados, o que levanta preocupações sobre a continuidade da formação profissional e técnica no país.



A eliminação desses programas pode indicar uma redefinição das prioridades do FDCH ou uma transferência de competências para outros organismos, como a SEFOPE. A continuidade da formação técnica e profissional é crucial para o desenvolvimento do capital humano e para a capacitação dos quadros nacionais.

O Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional também apresenta um aumento, mas a redução em atividades específicas, como a Gestão Financeira, sugere uma necessidade de racionalização. No entanto, o aumento significativo na atividade de Planeamento, Monitorização e Estatísticas indica um foco maior na avaliação e no impacto dos programas.

Ministério da Administração Estatal

A análise do orçamento do Ministério da Administração Estatal para os anos de 2025 e 2026 revela uma diminuição significativa de 14,4%, com o total passando de 25.998.921 USD para 22.266.888 USD. Esta redução é acentuada nas categorias de Salários e Vencimentos, que caem 23,9%, e nos Bens e Serviços Correntes, que diminuem 7,9%. Apesar dessas reduções, o valor destinado a Transferências Públicas e Capital Menor permanece inalterado, indicando estabilidade em certos compromissos financeiros.

O Programa 025 – Descentralização Administrativa e Poder Local sofreu um corte drástico de 53,57%, o que pode comprometer a execução de projetos de infraestrutura comunitária e a capacidade técnica dos municípios. O Programa 510 – Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, apesar de ainda representar a maior parte do orçamento, também regista uma redução, refletindo um esforço de contenção de despesas. O Programa 980 – Inclusão Social, embora importante para a promoção da igualdade, também enfrenta cortes significativos.

Um ponto positivo é a introdução do novo Programa A47 – Reforma da Administração Local e Simplificação Administrativa, que visa modernizar sistemas administrativos e melhorar a eficiência governativa.

Autoridades Municipais

Autoridade Municipal de Aileu



A análise do orçamento do Município de Aileu para a educação entre 2025 e 2026 evidencia um crescimento geral do orçamento total, com aumentos significativos em áreas como educação pré-escolar e ensino básico. No entanto, a redução nos salários e vencimentos e nas transferências públicas deve ser cuidadosamente monitorada. É fundamental que a gestão do orçamento priorize a valorização dos docentes e a continuidade dos programas educativos.

Autoridade Municipal de Ainaro

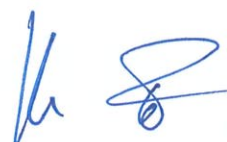
A análise do orçamento do Município de Ainaro para a educação entre 2025 e 2026 demonstra um aumento geral do orçamento total, principalmente em salários e no investimento em educação pré-escolar. No entanto, a diminuição nos bens e serviços correntes e a leve redução no ensino básico devem ser monitoradas. É fundamental que a gestão do orçamento priorize a valorização dos docentes e a continuidade dos programas educativos.

Autoridade Municipal de Baucau

O orçamento do Município de Baucau para a educação em 2026 apresenta um aumento global de 2,8% em relação a 2025, principalmente devido à introdução de novos programas, como a Educação Pré-Escolar e o Ensino Recorrente. O reforço do ensino pré-escolar é um sinal positivo de diversificação do sistema educativo, enquanto o ensino básico continua a ser o foco principal do investimento público.

Embora tenha havido uma ligeira redução no orçamento do ensino básico, isso não compromete a sua prioridade, mas sim destaca a necessidade de uma gestão mais eficiente dos recursos. Entre 2025 e 2026, o orçamento total dos Serviços Municipais de Educação aumentou de 3.048.797 USD para 3.133.829 USD, representando um crescimento de 85.032 USD (+2,8%).

Esta variação reflete uma tendência positiva, especialmente em investimentos no Ensino Básico e nas políticas de ensino pré-escolar. No entanto, o aumento ainda é moderado, o que implica a necessidade de uma execução eficaz para garantir melhorias reais na qualidade do ensino.



Autoridade Municipal de Bobonaro

O orçamento do Município de Bobonaro para a educação em 2026 demonstra um compromisso crescente com a melhoria dos serviços educacionais, especialmente em áreas como a educação pré-escolar e o ensino básico. O aumento total do orçamento reflete uma resposta a necessidades urgentes e a uma visão de longo prazo para o desenvolvimento educativo. No entanto, a redução nos salários e vencimentos requer uma gestão cuidadosa para garantir a motivação e a retenção de professores.

Autoridade Municipal de Covalima

A análise do orçamento do Município de Covalima para a educação entre 2025 e 2026 revela uma redução geral no total orçamentário, com diminuições significativas em áreas críticas como educação pré-escolar e salários. É fundamental que a gestão do orçamento priorize a valorização dos docentes e o investimento em educação de qualidade, especialmente na primeira infância.

Autoridade Municipal de Díli

A análise do orçamento do Município de Dili para a educação entre 2025 e 2026 revela uma redução no total do orçamento, juntamente com cortes significativos em salários e vencimentos. Embora tenha havido aumentos em bens e serviços correntes, as reduções em outras áreas são preocupantes e podem impactar a qualidade do ensino. É fundamental que a gestão do orçamento priorize a valorização dos docentes e a continuidade dos programas educativos.

Autoridade Municipal de Ermera

A análise do orçamento do Município de Ermera para a educação entre 2025 e 2026 mostra um crescimento geral do orçamento total, com aumentos significativos em áreas como educação pré-escolar e ensino básico. No entanto, a redução nos bens e serviços correntes e no ensino recorrente deve ser cuidadosamente monitorada. É fundamental que a gestão do orçamento priorize a valorização dos docentes e a continuidade dos programas educativos.

Autoridade Municipal de Lautém



A análise do orçamento do Município de Lautem para a educação entre 2025 e 2026 revela um aumento geral no total orçamentário, impulsionado principalmente pelo investimento em ensino básico e capital de desenvolvimento. No entanto, as reduções nos bens e serviços correntes e nas transferências públicas devem ser monitoradas. É crucial que a gestão do orçamento priorize a valorização dos docentes e o investimento em educação de qualidade.

Autoridade Municipal de Liquiçá

A análise do orçamento do Município de Liquiça para a educação entre 2025 e 2026 revela uma redução geral no total orçamentário, principalmente devido à diminuição drástica nos salários e vencimentos. É fundamental que a gestão do orçamento priorize a valorização dos docentes e o investimento em educação de qualidade, especialmente no ensino básico.

Autoridade Municipal de Manatuto

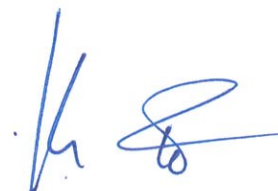
A análise do orçamento do Município de Manatuto para a educação entre 2025 e 2026 revela um aumento geral no total orçamentário, impulsionado principalmente pelo investimento em ensino básico e capital de desenvolvimento. É fundamental que a gestão do orçamento priorize a qualidade da educação, assegurando que todos os níveis de ensino sejam bem financiados.

Autoridade Municipal de Manufahi

A análise do orçamento do Município de Manufahi para a educação entre 2025 e 2026 revela um aumento geral no total orçamentário, impulsionado principalmente pelo investimento em transferências públicas e capital de desenvolvimento. No entanto, a redução nos salários e na educação pré-escolar exige atenção para garantir que a qualidade da educação não seja comprometida.

Autoridade Municipal de Viqueque

A análise do orçamento do Município de Viqueque para a educação entre 2025 e 2026 revela um aumento total no orçamento, impulsionado principalmente pelo investimento em transferências públicas e ensino básico. No entanto, as reduções nos salários, nos bens



e serviços correntes, e na educação pré-escolar exigem atenção para garantir que a qualidade da educação não seja comprometida.

Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno

A análise do orçamento da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno para 2025 e 2026 revela uma redução significativa de 36,7%, com o total passando de 36.001.473 USD para 22.788.994 USD. Essa diminuição reflete uma reestruturação orçamental que afeta diversas categorias, principalmente os Salários e Vencimentos e o Capital de Desenvolvimento. A queda acentuada nos salários, de 44%, indica uma possível reorganização institucional ou redução de pessoal, enquanto o investimento em desenvolvimento cai drasticamente em 86,4%, comprometendo a execução de projetos de infraestrutura.

Apesar das reduções, alguns segmentos, como Educação e Água e Saneamento, recebem aumentos substanciais. O Ensino Secundário, por exemplo, vê um crescimento de 78%, enquanto o investimento em Água e Saneamento cresce 1.415%, indicando uma nova prioridade para as infraestruturas básicas. Por outro lado, programas sociais e de inclusão, assim como iniciativas de desenvolvimento econômico e cultural, enfrentam cortes significativos, o que pode afetar o apoio a grupos vulneráveis e o desenvolvimento sustentável da região.

Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura

A análise do orçamento do Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura para 2025 e 2026 revela um aumento significativo de 19,4%, passando de 9.472.726 USD para 11.308.436 USD. Este crescimento é notável, especialmente considerando as reduções nas despesas administrativas e operacionais, que indicam um esforço de contenção de custos e uma reestruturação interna. A redução de 44% nos Salários e Vencimentos, assim como a diminuição de 16,9% nos Bens e Serviços Correntes, reflete a priorização de recursos para programas que promovem a juventude, desporto e cultura.

Os programas de Cultura e Património e Inclusão Social, Juventude e Desporto receberam aumentos substanciais, com 30,9% e 57,3%, respetivamente. Isso demonstra um compromisso claro do governo em investir em áreas que fortalecem a identidade



nacional, promovem a inclusão social e incentivam a participação da juventude. O investimento em infraestruturas desportivas e a introdução de programas de formação cívica para jovens são passos importantes para o desenvolvimento social e comunitário.

Secretaria de Estado da Comunicação Social

A análise do orçamento da Secretaria de Estado da Comunicação Social para os anos de 2025 e 2026 revela uma redução de 7,35%, com o total passando de 6.038.535 USD para 5.594.454 USD. Esta diminuição é particularmente evidente na categoria de Salários e Vencimentos, que sofre um corte de 26,4%, e na categoria de Capital de Desenvolvimento, que reduz em 25%. Apesar dessas reduções, houve um aumento nas Transferências Públicas, refletindo um compromisso contínuo com o apoio a órgãos de comunicação social e iniciativas culturais.

Os programas de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e de Desenvolvimento do Setor da Comunicação Social sofrem cortes significativos, o que pode comprometer a capacidade de operação e a formação de jornalistas. No entanto, o subprograma de Superintendência e Tutela dos Órgãos de Comunicação Social do Estado apresenta um aumento no financiamento, sinalizando um esforço para fortalecer os meios de comunicação pública.

TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste

A análise do orçamento da TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste para os anos de 2025 e 2026 revela um aumento total de 12,7%, com o montante passando de 667.055 USD para 751.548 USD. Este crescimento, embora modesto, reflete uma reorientação estratégica dos recursos, com uma diminuição significativa nas despesas com Salários e Vencimentos, que caem 15,4%, e um aumento expressivo nos Bens e Serviços Correntes, que sobem 49,7%. A introdução de uma nova rubrica para Capital Menor de 100.000 USD sugere um investimento em equipamentos e tecnologia, essencial para modernizar a operação da agência.

Os programas de Garantir à Liberdade de Expressão e Acesso à Informação e Funcionamento e Desenvolvimento Institucional mostram um enfoque no fortalecimento das capacidades operacionais e na melhoria da infraestrutura técnica. O aumento no



financiamento do programa de liberdade de expressão é particularmente positivo, indicando um compromisso com a expansão e modernização da cobertura noticiosa, embora a modesta alocação para parcerias possa limitar a cooperação internacional.

Conselho de Imprensa

A análise do orçamento do Conselho de Imprensa para os anos de 2025 e 2026 revela um ligeiro aumento de 1,5%, passando de 840.523 USD para 853.081 USD. Este crescimento modesto reflete uma reorientação estratégica das prioridades financeiras, onde se observa uma redução significativa nas despesas com Salários e Vencimentos (15,4%) e na eliminação da rubrica de Capital Menor. Por outro lado, há um aumento expressivo nas despesas com Bens e Serviços Correntes (35,4%) e um reforço nas Transferências Públicas (7,3%).

O programa "Garantir a Liberdade de Expressão e Acesso à Informação" vê um aumento no seu orçamento, particularmente no subprograma de Desenvolvimento de Competência Profissional, Técnica e Intelectual dos Jornalistas, que mais do que duplica. Contudo, a redução expressiva nos estudos para o desenvolvimento da comunicação social e nas áreas de supervisão legal pode comprometer a capacidade do Conselho de monitorizar e regular adequadamente o setor.

O programa "Funcionamento e Desenvolvimento Institucional" permanece estável, com um aumento nas atividades de formação e capacitação, evidenciando um compromisso com a qualificação do pessoal interno.

V. RECOMENDAÇÕES

Ministério da Educação

1. Recomenda-se que o Ministério da Educação, em estreita coordenação com o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, desenvolva um plano nacional de reforço da língua portuguesa desde o ensino básico. É essencial que a aprendizagem da língua seja progressiva e contextualizada, de modo a preparar



melhor os alunos para o ensino secundário e superior, onde o domínio do português continua a ser uma das principais dificuldades.

2. O orçamento destinado à rubrica de Capital Menor deve ser aplicado de forma mais equilibrada. Para além da aquisição de mesas e cadeiras, é fundamental investir na compra de equipamentos informáticos e tecnológicos. Verificou-se que a maioria das escolas de Ensino Secundário Geral e Técnico-Vocacional não dispõe de meios adequados para aulas práticas de informática, o que limita o desenvolvimento das competências digitais dos alunos. A aquisição de mobiliário pode ser feita de forma faseada, priorizando inicialmente as necessidades pedagógicas.
3. É urgente que o Governo reconsidere os cortes nos programas de Educação Pré-Escolar e de Ensino Recorrente. A educação infantil constitui a base do desenvolvimento cognitivo e social das crianças, e a educação de adultos é uma ferramenta essencial para a redução do analfabetismo e a promoção da inclusão social. O enfraquecimento destas áreas compromete o futuro do capital humano timorense.
4. O Governo deve reconhecer que o bem-estar dos professores é determinante para a qualidade da educação. Para além da remuneração justa, é importante investir na motivação, segurança no trabalho, formação contínua e melhores condições de vida, sobretudo para os docentes que exercem funções em zonas rurais e isoladas.
5. Os aumentos orçamentais verificados nos níveis de Ensino Básico e Secundário devem ser acompanhados de planos de execução claros, calendarizados e sujeitos a monitorização contínua. É fundamental assegurar que os recursos sejam efetivamente aplicados nas escolas e não se percam em processos administrativos ou atrasos de execução, prática ainda comum em vários municípios.
6. Investir na formação contínua de professores, técnicos e gestores escolares é essencial para garantir uma administração educativa eficiente. O Ministério da Educação deve promover programas regulares de capacitação, sobretudo nas áreas de planeamento, gestão orçamental e uso de tecnologias educativas, com o apoio de parceiros nacionais e internacionais.
7. O Governo deve assegurar que todos os alunos, independentemente da sua localização geográfica ou condição socioeconómica, tenham acesso a uma educação de qualidade. É prioritário reforçar os programas de apoio a crianças



com deficiência, estudantes de áreas rurais e famílias vulneráveis. Deve ainda ser garantida a implementação atempada da merenda escolar e de programas de nutrição infantil, como forma de combater a desnutrição e melhorar o desempenho escolar.

8. O Ministério da Educação deve fomentar colaborações com o setor privado, organizações da sociedade civil, instituições religiosas e organismos internacionais, com vista a expandir a formação técnica e profissional. Parcerias com empresas e instituições estrangeiras podem contribuir para alinhar os currículos às necessidades reais do mercado de trabalho timorense, promovendo maior empregabilidade e inovação.
9. É recomendável que o Governo reforce os mecanismos de fiscalização escolar, assegurando a boa utilização dos recursos públicos e o cumprimento dos padrões mínimos de infraestrutura e segurança. Devem ser estabelecidos sistemas digitais simples para reporte das necessidades das escolas e acompanhamento das intervenções realizadas.

Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura

1. É essencial que o governo reconsidere a redução drástica nas transferências para universidades e instituições culturais. O fortalecimento do financiamento é crucial para garantir a continuidade das atividades académicas e culturais, bem como a qualidade do ensino superior.
2. O Ministério deve identificar e priorizar projetos estratégicos que necessitem de investimento, especialmente no contexto da redução de fundos extraordinários. A alocação de recursos deve ser feita de forma a maximizar o impacto nas áreas mais críticas.
3. Implementar um sistema de monitorização rigoroso da execução orçamental é fundamental para assegurar que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz. A avaliação contínua permitirá identificar áreas que necessitam de ajustes e garantir a transparência na gestão dos fundos.
4. Fomentar parcerias com o setor privado e organizações não-governamentais pode ajudar a compensar a redução nas transferências públicas. Essas colaborações podem resultar em financiamento adicional e em iniciativas que melhorem a qualidade do ensino e da investigação.



-
5. Dado o aumento nas despesas com salários e vencimentos, é recomendável que o Ministério invista em formação e capacitação contínua do pessoal docente e administrativo. Isso garantirá uma gestão mais eficiente e a implementação de boas práticas no ensino superior.

Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Acadêmica

1. O Governo deve ponderar um reforço do orçamento destinado a despesas de capital e investimentos em desenvolvimento, tendo em conta que a melhoria das infraestruturas, equipamentos e sistemas tecnológicos é essencial para a modernização institucional da ANAAA e para o aumento da eficiência dos seus processos de acreditação e avaliação.
2. É recomendável aprofundar as parcerias com agências estrangeiras de acreditação e instituições de ensino superior da CPLP e da região asiática, promovendo a troca de conhecimentos, a capacitação técnica e a adoção de boas práticas internacionais, ajustadas à realidade educativa de Timor-Leste.
3. Deve ser dada prioridade ao investimento em formação contínua dos avaliadores e técnicos da ANAAA, bem como na capacitação das instituições de ensino superior, assegurando que os processos de avaliação e acreditação decorrem com rigor, transparência e qualidade.
4. Recomenda-se a implementação de um sistema de acompanhamento rigoroso da execução orçamental, garantindo que os recursos financeiros sejam utilizados de forma eficiente e com impacto real, sobretudo nas áreas que registaram aumentos significativos, como bens e serviços correntes.
5. É importante dar continuidade à investigação sobre a empregabilidade dos diplomados, utilizando os resultados obtidos para orientar políticas públicas e apoiar a revisão curricular dos cursos superiores, de modo a alinhar a formação académica com as necessidades do mercado de trabalho timorense.
6. Deve ser criada uma resolução ou regulamento específico que estabeleça sanções e medidas corretivas para as universidades e institutos que não cumpram os critérios de acreditação e qualidade. As instituições que não demonstrem progresso na melhoria dos cursos devem ser penalizadas de forma proporcional e transparente, garantindo que o sistema de ensino superior em Timor-Leste mantenha padrões elevados e credibilidade pública.



Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia

1. É crucial que o governo considere a necessidade de restaurar ou aumentar o orçamento destinado às infraestruturas. A manutenção adequada dos equipamentos e instalações é fundamental para garantir a continuidade das atividades de pesquisa e ensino.
2. O INCT deve desenvolver um plano financeiro que assegure a sustentabilidade a longo prazo das suas operações. Isso inclui a criação de parcerias estratégicas com o setor privado e organizações internacionais para diversificar as fontes de financiamento.
3. Apesar da redução nos salários, o INCT deve priorizar a formação contínua e o bem-estar do seu pessoal. Programas de capacitação e incentivos para a equipe ajudarão a manter a motivação e a eficácia no trabalho.
4. Implementar um sistema de monitorização e avaliação da execução orçamental é essencial para garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficaz e para identificar rapidamente áreas que necessitam de ajustes.
5. Continuar a fomentar a colaboração com outras instituições de ensino e pesquisa, tanto a nível nacional como internacional, pode trazer benefícios significativos em termos de intercâmbio de conhecimento e recursos.

Instituto Politécnico de Betano

1. É fundamental que o Instituto reavalie a alocação de recursos para pesquisa científica, garantindo que haja financiamento adequado para projetos de investigação. A redução de 56% nos fundos destinados à pesquisa científica deve ser revista, considerando o impacto que isso pode ter na inovação e na formação de estudantes.
2. Embora o aumento no capital de desenvolvimento seja positivo, o Instituto deve assegurar que os investimentos em infraestrutura e equipamentos sejam mantidos e ampliados. Isso garantirá que as condições de ensino e aprendizagem sejam adequadas e modernas.
3. A continuidade na formação e valorização do corpo docente e técnico deve ser uma prioridade. O reforço na gestão de recursos humanos é positivo, mas deve ser



acompanhado de programas de capacitação que ajudem a manter o pessoal atualizado com as melhores práticas educacionais e tecnológicas.

4. O Instituto deve continuar a fortalecer as ligações entre o ensino e o setor produtivo, promovendo parcerias que possibilitem estágios, projetos conjuntos e desenvolvimento de competências que atendam às necessidades do mercado.
5. Implementar um sistema de monitorização e avaliação dos programas e atividades permitirá ao Instituto ajustar as estratégias conforme necessário, garantindo que os objetivos educacionais e sociais sejam alcançados de forma eficaz.

Universidade Nacional de Timor Lorosa'e

1. É crucial aumentar o orçamento destinado à pesquisa e ao desenvolvimento de infraestruturas académicas. O fortalecimento dessas áreas é fundamental para elevar a qualidade do ensino e da investigação, especialmente nas ciências e tecnologia.
2. A UNTL deve implementar medidas para otimizar a utilização dos recursos financeiros, buscando reduzir a dependência de despesas com pessoal e canalizar mais verbas para programas académicos e de investigação.
3. Considerar a possibilidade de aumentar o orçamento do Programa de Inclusão Social para permitir uma implementação mais efetiva de iniciativas que promovam a igualdade de género e a inclusão na comunidade universitária. A ampliação dos recursos poderá facilitar ações mais abrangentes e sustentáveis.
4. Estabelecer um sistema de monitorização e avaliação do uso do orçamento, para garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficaz e que as metas académicas e sociais sejam alcançadas.

Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

1. Recomenda-se ao Governo que o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano seja tutelado pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura. Esta mudança é fundamental, uma vez que, neste momento, o fundo está sob a tutela do Ministério dos Investimentos, Planos e Estratégias, o que tem frequentemente dificultado a coordenação e o acompanhamento eficaz das atividades. Além disso, a fiscalização pela Comissão G torna-se mais complexa sob esta tutela. A



centralização da gestão do fundo no Ministério do Ensino Superior permitirá uma maior sinergia nas políticas educativas, facilitando assim a fiscalização e a implementação das iniciativas relacionadas com o desenvolvimento do capital humano.

2. Recomenda-se ao FDCH que, em futuros contratos de atribuição de bolsas de estudo financiadas pelo Governo, seja incluída uma cláusula de obrigação de serviço público. Assim, os estudantes beneficiários deverão trabalhar no Estado durante um período determinado após o regresso ao país, contribuindo para o retorno efetivo do investimento público.
3. O FDCH deve assegurar que, antes da assinatura de Memorandos de Entendimento (MdE) com universidades estrangeiras, as instituições estejam devidamente acreditadas e reconhecidas internacionalmente, de forma a proteger os estudantes timorenses e garantir a qualidade e a validade das suas formações académicas.
4. Recomenda-se ao FDCH que, antes de enviar estudantes para formação no estrangeiro, atue em estreita coordenação com o MESCC, as Embaixadas de Timor-Leste e os Adidos da Educação. Esta articulação é essencial para evitar situações de desconhecimento, falta de acompanhamento e problemas administrativos frequentemente enfrentados pelos estudantes timorenses no exterior.
5. O Governo deve reconsiderar a eliminação dos Programas 304 e 313, reconhecendo a importância estratégica da formação profissional e técnica para o desenvolvimento nacional. A continuidade destes programas é crucial para garantir a qualificação de quadros em áreas essenciais, como tecnologia, indústria e serviços.
6. Caso as competências da formação profissional tenham sido transferidas para outras instituições, recomenda-se que seja assegurada uma coordenação eficaz entre os organismos responsáveis, de modo a responder adequadamente às necessidades de capacitação da população e evitar duplicações ou lacunas institucionais.
7. O FDCH deve considerar um aumento de recursos financeiros destinados à formação profissional e técnica, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento das competências da força de trabalho nacional, tanto no setor público como no privado.



-
8. Com o reforço orçamental previsto para as áreas de planeamento, monitorização e estatísticas, o FDCH deve implementar um sistema contínuo de avaliação de resultados, assegurando que os dados recolhidos sejam utilizados para orientar decisões futuras e melhorar a eficácia e eficiência dos programas de formação e bolsas de estudo.
 9. Recomenda-se que o FDCH estabeleça parcerias estratégicas com universidades, centros de formação e organizações internacionais, com o objetivo de ampliar as oportunidades de capacitação técnica e profissional e de melhorar a qualidade e a pertinência dos programas de ensino e formação oferecidos aos cidadãos timorenses.
 10. Recomenda-se que o FDCH implemente um sistema de gestão de dados completo e digitalizado, assegurando que as informações sejam acessíveis a todos os interessados. A transparência na gestão dos dados é fundamental. Este sistema deve incluir não apenas as bolsas do FDCH, mas também as atribuídas a estudantes de programas internacionais, como o ADS/Austrália. Isso facilitará o acompanhamento das oportunidades de financiamento e permitirá análises comparativas que contribuam para a melhoria das políticas de desenvolvimento do capital humano. A digitalização e acessibilidade dos dados são essenciais para uma gestão eficiente e transparente, promovendo uma educação de qualidade e o fortalecimento do capital humano no país.

Ministério da Administração Estatal

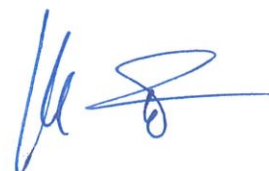
1. Recomenda-se que o Ministério da Administração Estatal e o Ministério da Educação mantenham uma coordenação contínua com o Ministério das Finanças, de modo a garantir que o programa da merenda escolar seja implementado logo no início do ano letivo, preferencialmente no primeiro trimestre. A execução tardia, no segundo trimestre, tem vindo a prejudicar a alimentação e o rendimento escolar dos alunos.
2. O Ministério da Administração Estatal, através do Programa Nacional de Desenvolvimento de Sucos, deve coordenar com o Ministério da Educação todas as intervenções relacionadas com a construção ou reabilitação de escolas, muros de proteção e edifícios escolares. É fundamental assegurar que as infraestruturas



-
- respeitem os padrões técnicos e de qualidade definidos pelo setor da educação, uma vez que muitas escolas ainda apresentam salas e muros sem uniformização.
3. Recomenda-se que o Ministério da Administração Estatal, em articulação com o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, crie um sistema integrado de proteção e acompanhamento da saúde dos professores e alunos, sobretudo nas zonas rurais e extremamente remotas, onde o acesso a cuidados básicos de saúde é limitado.
 4. Ministério da Administração Estatal, através das Autoridades Municipais e dos Presidentes de Suco, deve reforçar a fiscalização da preparação da merenda escolar. Muitas escolas não dispõem de condições adequadas de higiene, cozinhas apropriadas, armazéns nem utensílios em bom estado. É necessário assegurar padrões mínimos de qualidade e segurança alimentar para proteger a saúde dos estudantes.
 5. O Governo deve continuar a promover a descentralização administrativa como prioridade, dotando os municípios de recursos financeiros e humanos adequados para a execução autónoma e eficaz dos projetos que beneficiam diretamente as comunidades locais.
 6. É recomendável reforçar o orçamento destinado ao Programa de Inclusão Social, garantindo a implementação efetiva de políticas de igualdade de género, proteção social e inclusão comunitária. O Governo deve assegurar a execução sustentável destas iniciativas, em particular nas áreas mais vulneráveis.
 7. O novo Programa A47 deve ser executado com base num plano de ação claro, com objetivos mensuráveis e mecanismos de acompanhamento. A capacitação de recursos humanos e a modernização dos sistemas administrativos são essenciais para o sucesso desta reforma.
 8. Recomenda-se o estabelecimento de um sistema robusto de monitorização e avaliação das políticas e programas implementados, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente. Este mecanismo permitirá identificar constrangimentos e introduzir melhorias atempadas nas políticas públicas.

Autoridades Municipais

Autoridade Municipal de Aileu



-
1. Reavaliar a alocação para salários e vencimentos para garantir a valorização dos professores e a qualidade do ensino.
 2. Manter o investimento em bens e serviços correntes, assegurando que as escolas tenham acesso a materiais e serviços essenciais.
 3. Fomentar as transferências públicas, assegurando que recursos sejam direcionados para programas educativos críticos.
 4. Investir em capital de desenvolvimento para melhorar infraestruturas educativas e garantir um ambiente de aprendizagem seguro e moderno.
 5. Monitorizar continuamente o impacto das reduções orçamentais, ajustando as alocações conforme necessário para responder às necessidades emergentes do sistema educativo.

Autoridade Municipal de Ainaro

1. Reavaliar a alocação para bens e serviços correntes para garantir que as escolas tenham acesso a materiais e serviços essenciais.
2. Manter o investimento em educação pré-escolar, assegurando que as crianças tenham acesso a programas de qualidade.
3. Fomentar as transferências públicas para garantir financiamento adequado para programas críticos.
4. Investir em capital de desenvolvimento para melhorar infraestruturas educativas e garantir um ambiente de aprendizagem seguro e moderno.
5. Monitorizar continuamente o impacto das reduções orçamentais, ajustando as alocações conforme necessário para responder às necessidades emergentes do sistema educativo.

Autoridade Municipal de Baucau

1. Assegurar a execução integral das transferências públicas, especialmente no que diz respeito à merenda escolar, garantindo que sejam realizadas de forma regular e sem atrasos.
2. Monitorizar o impacto da redução nos bens e serviços, assegurando que as escolas tenham acesso a materiais e serviços essenciais para o seu funcionamento.



-
3. Reforçar o investimento na formação e valorização dos professores, aproveitando o aumento da rubrica destinada aos salários.
 4. Promover uma melhor planificação orçamental municipal, equilibrando as despesas operacionais com os investimentos pedagógicos.
 5. Aumentar a transparência e a fiscalização da execução orçamental, garantindo a correta aplicação dos recursos em benefício dos alunos.
 6. Fortalecer a execução orçamental da merenda escolar, assegurando a sua implementação desde o início do ano letivo, evitando os atrasos frequentes observados em anos anteriores.
 7. Incrementar gradualmente o investimento na Educação Pré-escolar, com foco em infraestruturas e formação de educadores, para acompanhar a expansão da cobertura.
 8. Valorizar a componente pedagógica do Ensino Básico, direcionando recursos adicionais para materiais didáticos, capacitação docente e monitorização da aprendizagem.
 9. Promover a sustentabilidade do Ensino Recorrente, garantindo recursos mínimos e a continuidade dos programas de alfabetização e educação comunitária.
 10. Melhorar a coordenação entre os níveis municipal e nacional, assegurando que as prioridades locais sejam refletidas nos orçamentos futuros e que os fundos sejam executados de forma eficiente e transparente.

Autoridade Municipal de Bobonaro

1. Aumentar a alocação para salários e vencimentos para garantir a valorização dos docentes e a qualidade do ensino.
2. Monitorizar a implementação das transferências públicas, especialmente na merenda escolar, para evitar atrasos e garantir a alimentação dos alunos.
3. Investir em infraestruturas educativas, assegurando que a construção e manutenção sejam prioritárias para suportar o aumento da cobertura educacional.
4. Promover a formação contínua dos educadores, garantindo que a qualidade do ensino se mantenha alta com a introdução de novos programas.



-
5. Avaliar regularmente o impacto dos investimentos, ajustando as alocações conforme necessário para responder às necessidades emergentes do sistema educativo.

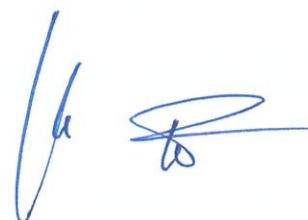
Autoridade Municipal de Covalima

1. Reavaliar a alocação para salários e vencimentos para garantir a valorização dos professores e a qualidade do ensino.
2. Manter o investimento em bens e serviços correntes, assegurando que as escolas tenham acesso a materiais e serviços essenciais.
3. Fomentar as transferências públicas para garantir financiamento adequado para programas educativos críticos.
4. Reconsiderar o corte no orçamento da educação pré-escolar, garantindo que as crianças tenham acesso a programas de qualidade.
5. Monitorizar continuamente o impacto das reduções orçamentais, ajustando as alocações conforme necessário para responder às necessidades emergentes do sistema educativo.

Autoridade Municipal de Díli

1. Reavaliar a alocação de salários e vencimentos para garantir a valorização dos professores e a qualidade do ensino.
2. Manter e potencializar o aumento em bens e serviços correntes, assegurando que as escolas tenham acesso a materiais e serviços essenciais.
3. Fomentar as transferências públicas, assegurando que recursos sejam direcionados para programas educativos críticos.
4. Investir em capital menor para garantir a manutenção adequada das infraestruturas escolares.
5. Monitorizar continuamente o impacto das reduções orçamentais, ajustando as alocações conforme necessário para responder às necessidades emergentes do sistema educativo.

Autoridade Municipal de Ermera



-
1. Reavaliar a alocação para bens e serviços correntes para garantir que as escolas tenham acesso a materiais e serviços essenciais.
 2. Manter o investimento em educação pré-escolar, assegurando que as crianças tenham acesso a programas de qualidade.
 3. Fomentar as transferências públicas para garantir financiamento adequado para programas críticos.
 4. Investir em capital de desenvolvimento para melhorar infraestruturas educativas.
 5. Monitorizar o impacto das reduções no ensino recorrente, ajustando as alocações conforme necessário para responder às necessidades da população adulta.

Autoridade Municipal de Lautém

1. Reavaliar a alocação para bens e serviços correntes para garantir que as escolas tenham acesso a materiais e serviços essenciais.
2. Fomentar as transferências públicas para assegurar financiamento adequado para programas educativos críticos.
3. Continuar a investir em educação pré-escolar para garantir que as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde a infância.
4. Aproveitar o investimento em capital de desenvolvimento para melhorar infraestruturas educativas e garantir um ambiente de aprendizagem seguro e moderno.
5. Monitorizar continuamente o impacto das reduções orçamentais, ajustando as alocações conforme necessário para responder às necessidades emergentes do sistema educativo.

Autoridade Municipal de Liquiçá

1. Reavaliar a alocação para salários e vencimentos para assegurar a valorização dos professores e a qualidade do ensino.
2. Fomentar a manutenção do orçamento para bens e serviços correntes, garantindo que as escolas tenham acesso a materiais e serviços essenciais.
3. Continuar a investir em educação pré-escolar, assegurando que as crianças tenham acesso a programas de qualidade desde a infância.



-
4. Monitorizar continuamente o impacto das reduções orçamentais, ajustando as alocações conforme necessário para responder às necessidades emergentes do sistema educativo.
 5. Reforçar a comunicação entre os gestores educacionais e as autoridades locais, promovendo uma melhor compreensão das necessidades do sistema educativo.

Autoridade Municipal de Manatuto

1. Reavaliar a alocação para bens e serviços correntes para garantir que as escolas tenham acesso a materiais e serviços essenciais.
2. Fomentar a manutenção das transferências públicas para assegurar financiamento adequado para programas educativos críticos.
3. Continuar a investir em educação pré-escolar, assegurando que as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde a infância.
4. Aproveitar o investimento em capital de desenvolvimento para melhorar infraestruturas educativas e garantir um ambiente de aprendizagem seguro e moderno.
5. Monitorizar continuamente o impacto dos aumentos orçamentais, ajustando as alocações conforme necessário para responder às necessidades emergentes do sistema educativo.

Autoridade Municipal de Manufahi

1. Reavaliar a alocação para salários e vencimentos para garantir a valorização dos professores e a qualidade do ensino.
2. Manter o aumento nas transferências públicas, assegurando que os recursos sejam utilizados de forma eficaz em programas educativos.
3. Focar na recuperação do orçamento para educação pré-escolar para garantir que as crianças tenham acesso a serviços de qualidade desde a infância.
4. Aproveitar o investimento em capital de desenvolvimento para melhorar as infraestruturas educativas e garantir um ambiente de aprendizagem seguro e moderno.



-
5. Monitorizar continuamente o impacto das alterações orçamentais, ajustando as alocações conforme necessário para responder às necessidades emergentes do sistema educativo.

Autoridade Municipal de Viqueque

1. Reavaliar a alocação para salários e vencimentos para garantir a valorização dos professores e a qualidade do ensino.
2. Focar na recuperação do orçamento para bens e serviços correntes para assegurar que as escolas tenham acesso a materiais e serviços essenciais.
3. Manter o aumento nas transferências públicas, assegurando que os recursos sejam utilizados de forma eficaz em programas educativos.
4. Restaurar o orçamento para capital de desenvolvimento para melhorar as infraestruturas educativas e garantir um ambiente de aprendizagem seguro e moderno.
5. Monitorizar continuamente o impacto das variações orçamentais, ajustando as alocações conforme necessário para responder às necessidades emergentes do sistema educativo.

Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno

1. Recomenda-se que o aumento do orçamento para a Educação, em particular para o Ensino Básico e Secundário, seja aproveitado de forma estratégica, priorizando a melhoria da qualidade do ensino. É essencial investir na formação contínua dos professores, na atualização dos recursos didáticos e na modernização das práticas pedagógicas, assegurando que o impacto positivo do investimento se traduza em melhores resultados de aprendizagem.
2. É necessário reforçar a coordenação entre o Ministério da Educação e a Direção Nacional responsável pela execução da merenda escolar, de modo a evitar conflitos e desentendimentos relativamente ao pagamento das concessões escolares. A falta de clareza nos critérios de distribuição e pagamento tem causado atrasos e tensões nas escolas, afetando o normal funcionamento das atividades letivas.
3. Deve ser dada maior atenção aos professores bolseiros e aos docentes deslocados de outros municípios, garantindo que tenham condições adequadas de habitação



-
- e alimentação. Em muitas situações, os professores enfrentam atrasos no pagamento dos subsídios de alojamento e alimentação, o que compromete a sua estabilidade e motivação profissional.
4. O Ministério da Educação e o Ministério das Finanças devem assegurar que os pagamentos dos subsídios aos professores sejam efetuados dentro dos prazos previstos, evitando situações de atraso que afetam a qualidade de vida e o desempenho dos docentes, especialmente os que trabalham em regiões afastadas.
 5. Recomenda-se o reforço da coordenação entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, de forma a implementar consultas médicas regulares e gratuitas para professores e alunos, pelo menos uma ou duas vezes por semana, nas zonas rurais e extremamente remotas. Muitos professores reportaram dificuldades em aceder a cuidados de saúde devido à distância e à falta de transporte. A saúde escolar deve ser vista como parte integrante da política educativa.
 6. Com o aumento do orçamento para Água e Saneamento, é fundamental assegurar que os projetos priorizem as escolas e comunidades que ainda não dispõem de acesso a água potável e instalações sanitárias adequadas. A falta de condições de higiene tem impacto direto na saúde e na assiduidade dos alunos, especialmente das raparigas. É essencial garantir que as infraestruturas construídas sejam sustentáveis e devidamente mantidas.
 7. Fomentar parcerias estratégicas com organizações não-governamentais, instituições religiosas, setor privado e agências internacionais é crucial para complementar os recursos do Estado. Estas parcerias podem apoiar programas de inclusão social, igualdade de género, formação técnica e preservação cultural, assegurando que as comunidades locais beneficiem diretamente dos investimentos públicos.
 8. É indispensável implementar um sistema de monitorização e avaliação rigoroso para acompanhar a execução dos programas e atividades. A recolha e análise de dados devem ser regulares e servir de base para decisões informadas. O reforço da transparência e da responsabilização pública ajudará a garantir que os recursos orçamentais sejam utilizados de forma eficiente e em benefício direto das escolas e comunidades.



-
9. O Governo deve reconhecer que o bem-estar dos professores é determinante para a qualidade da educação. Para além da remuneração justa, é importante investir na motivação, segurança no trabalho, formação contínua e melhores condições de vida, sobretudo para os docentes que exercem funções em zonas rurais e isoladas.

Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura

1. É essencial que o Ministério desenvolva programas de formação contínua para o pessoal técnico e administrativo, garantindo que a redução das despesas salariais não comprometa a eficiência operacional e a qualidade do serviço prestado.
2. Com o aumento no orçamento para Cultura e Património, o Ministério deve assegurar o acompanhamento rigoroso dos projetos de reabilitação, como a Prisão de Aipelu e o Centro Cultural de Lautém, garantindo que sejam concluídos dentro dos prazos e orçamentos estabelecidos.
3. Continuar a promover iniciativas que incentivem a participação da juventude na vida cívica e política. O programa “Futuro Liderança Parlamento Foin Sae Nian” deve ser amplamente divulgado e implementado, assegurando que os jovens estejam preparados para se envolver ativamente na democracia.
4. Recomenda-se que o Ministério dê prioridade à reabilitação e construção de infraestruturas desportivas que sejam multifuncionais e incluam espaços de lazer para promover a prática desportiva e o bem-estar da população, mas também como uma estratégia para criar emprego e fortalecer a coesão social nas comunidades. Investir em infraestruturas desportivas contribui para a saúde dos cidadãos e fortalece a identidade nacional, além de ser fundamental para realizar eventos desportivos regionais e internacionais, elevando o perfil de Timor-Leste. Por isso, apela-se ao Ministério que desenvolva um plano para a construção e manutenção desses espaços, garantindo que sejam acessíveis a todos e promovam o desenvolvimento do desporto no país.
5. Implementar um sistema de avaliação e monitorização dos programas e atividades, permitindo ajustes conforme necessário e assegurando que os objetivos sociais e culturais sejam alcançados de forma eficaz.

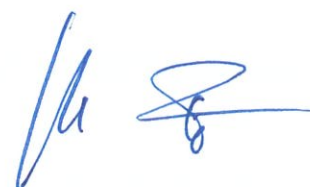
Secretaria de Estado da Comunicação Social



-
1. O Governo deve reconsiderar as reduções nos orçamentos dos programas de Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e de Capacitação dos Jornalistas. A formação de jornalistas e a capacidade operacional da SECOMS são essenciais para garantir uma imprensa livre e responsável.
 2. É recomendável que o governo aumente o apoio financeiro às entidades públicas e sem fins lucrativos, garantindo a sustentabilidade dos meios de comunicação e a continuidade das iniciativas culturais. Um apoio mais robusto pode ajudar a mitigar os impactos negativos das reduções orçamentais.
 3. A SECOMS deve priorizar a formação contínua dos profissionais da comunicação, implementando programas que incentivem o desenvolvimento de competências e a literacia mediática. Isso é fundamental para fortalecer a qualidade da informação e a responsabilidade social dos meios de comunicação.
 4. O governo deve considerar o aumento de investimentos em projetos de comunicação, especialmente em áreas que promovem a inclusão, diversidade e transparência. O fortalecimento da comunicação institucional é essencial para assegurar a confiança pública nas mensagens governamentais.
 5. Implementar um sistema de monitorização e avaliação rigoroso das atividades e programas da SECOMS permitirá identificar áreas que necessitam de ajustes e garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficaz.

TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste

1. É fundamental que a TATOLI implemente programas de formação para o seu pessoal, focando em competências técnicas e jornalísticas, para garantir que a equipe esteja equipada para enfrentar os desafios contemporâneos da comunicação.
2. Aumentar o orçamento destinado a parcerias e colaborações com outras agências de notícias e organizações internacionais pode expandir as oportunidades de formação e intercâmbio de experiências, contribuindo para a melhoria da qualidade do jornalismo em Timor-Leste.
3. Estabelecer um sistema de monitorização e avaliação das atividades da TATOLI permitirá garantir a eficácia dos novos investimentos e a transparência na execução orçamental, possibilitando ajustes conforme necessário.



-
4. A TATOLI deve continuar a desenvolver iniciativas que promovam a inclusão e a diversidade na comunicação, assegurando que todas as vozes da sociedade timorense sejam ouvidas e representadas.

Conselho de Imprensa

1. O Governo deve considerar a importância de manter um quadro de pessoal eficaz e motivado. A redução significativa nos salários pode impactar a moral e a eficiência do trabalho no Conselho. Avaliar a possibilidade de ajustar o orçamento para permitir contratações ou renovações de contratos temporários pode ser crucial.
2. É essencial garantir que as áreas de supervisão e análise sobre o setor da comunicação não sejam comprometidas. O Conselho deve buscar recursos adicionais ou reorientar parte do orçamento para garantir a continuidade dessas funções vitais.
3. O aumento no investimento em formação e capacitação de recursos humanos é um passo positivo. O Conselho deve continuar a desenvolver programas de formação que garantam que os profissionais da comunicação estejam preparados para enfrentar os desafios contemporâneos.
4. Aumentar o financiamento para parcerias com organizações locais e internacionais pode fortalecer a capacidade do Conselho em realizar estudos e supervisão, além de permitir a troca de melhores práticas no setor da comunicação.
5. Implementar um sistema rigoroso de monitorização e avaliação das atividades e programas do Conselho garantirá que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e que os objetivos de promoção da liberdade de expressão e regulação do setor sejam alcançados.

VI. PARECER

Face ao exposto, e sem prejuízo das conclusões e recomendações e da sujeição a um escrutínio mais pormenorizado na discussão na especialidade, a Comissão G considera que se encontram reunidas as condições exigidas pela Constituição e pela lei para que a



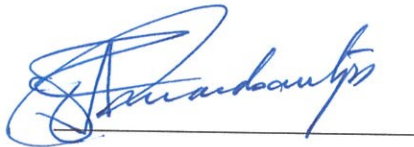
Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado, no que se refere às áreas da competência da Comissão G, possa ser apreciada em Plenário.

VII. APROVAÇÃO DO PARECER

O presente parecer foi discutido na reunião da Comissão G que teve lugar no dia 28 de outubro de 2025, na qual estiveram presentes 6 Deputados, e foi aprovado com 4 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções.

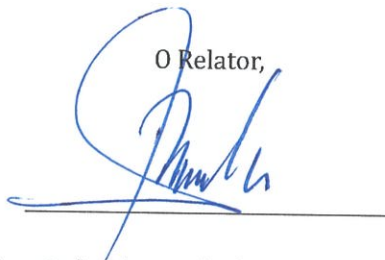
Parlamento Nacional, 28 de outubro de 2025.

O Presidente da Comissão,



Deputado Armando dos Santos Lopes

O Relator,



Deputado Mateus da Cruz de Carvalho



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

P/ incluir aos recomendações
de com G no relatório
Parecer de com C e anexar
o relatório original juntamente.

30/10/2025

Comissão da Educação, Juventude Cultura e Cidadania

Excelentíssima Senhora
Presidente da Comissão C
Cedelizia Faria dos Santos

Data : 29 de outubro de 2025

Nº. Ref : 114/VI/3ª/ Comissão G

Assunto: **Remessa o Parecer Setorial sobre PPL Nº. 23/VI (3ª) – OGE de 2026 da Comissão**

Excelência

Venho por este meio remeter a Vossa Excelência, O Parecer Setorial sobre proposta de Lei Nº. 23/VI (3ª) – Orçamento Geral do Estado de 2026, que foi aprovado na reunião ordinário da Comissão na terça-feira, dia 28 de outubro de 2025, na sala da Comissão com votos 4 a favor, 0 contra e 2 abstenções com presença 6 Deputado presente

Com os melhores cumprimentos

29/10/2025

17h57
Tee. Com C-pu

O Presidente da Comissão

Armando dos Santos Lopes